



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 059

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE JUNHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 059

56ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 03

Presenças:..... 03

Abertura da Sessão: 03

Grande Expediente:

**Homenagem à União dos Vereadores
do Paraná - UVEPAR**

Composição da Mesa: 03

Oradores:

Sr. Orlando Pessuti 04

Ver. Bento Batista da Silva..... 06

Expediente:

Indicações 08

Requerimentos 13

Projetos de Lei 17

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 17

Dep. Caíto Quintana 18

Dep. Antonio Belinati 19

Dep. Elio Rusch 22

Dep. Artagão Júnior..... 25

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 20

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 22

Liderança do PMDB

Dep. Artagão Júnior.....26

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri27

Liderança do PDT

Dep. Neivo Beraldin29

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Chico Noroeste.....30

Dep. Jocelito Canto.....31

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente32

Discussão/Votação

Redação Final33

3ª Discussão33

2ª Discussão34

1ª Discussão34

Requerimentos37

Encerramento da Sessão:38

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....38

Diretoria Geral

Portarias38

Ata de Comissões

Agricultura.....39

Indústria, Comércio e Turismo ..39

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação39

DIÁRIO Nº 059**56ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 56ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE JUNHO DE 2009**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Joans Guimarães .

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Ney Leprevost e Pedro Ivo (05).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Accorsi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Grande Expediente:**Homenagem à União dos Vereadores do Paraná - UVEPAR**

Lembrando que a Sessão de hoje tem o Grande Expediente deixado à disposição do Presidente da UVEPAR - União dos Vereadores do Paraná, o Vereador Bento Batista da Silva.

Composição da Mesa:

Queremos inicialmente, anunciar a composição da Mesa: Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Olympio Sotto Maior, Procurador Geral da Justiça do Paraná; Exmo. Sr. Gilberto Giacóia, ex-Procurador Geral da Justiça; Exmo. Sr. Vereador Bento Batista da Silva, Presidente da UVEPAR; Exmo. Sr. Jorge Luiz Bernardi, Secretário Municipal do Trabalho e Emprego, representando o Exmo. Sr. Beto Richa, Prefeito de Curitiba; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Jonas Guimarães, 2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Quero dar as boas-vindas a todos os Vereadores, cumprimentá-los pelo encontro que estão realizando nesta Capital. E sejam sempre bem-vindos a esta Casa de Leis que é, sem dúvida nenhuma, uma extensão da Casa de Leis da Cidade que V. Exas. representam. É um privilégio recebê-los aqui nesta tarde.

Quero solicitar ao Sr. 2º Secretário, Deputado Jonas Guimarães, que por gentileza, proceda à leitura da ata da Sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência tem o dever, neste instante, de fazer um agradecimento muito especial a nossa querida Deputada Rosane Ferreira, que tinha solicitado o Grande Expediente para uma apresentação a respeito da questão ambiental, tão em voga nesses últimos dias, e até porque se comemora o Dia do Meio Ambiente, no dia 05, se não me engano.

Portanto, Deputada Rosane, em nome da Mesa Executiva, os nossos agradecimentos pela compreensão, pela fidalguia com que V. Exa. sempre trata das coisas aqui nesta Casa.

Oradores:

Quero, de imediato, passar a palavra ao Vice-Governador Orlando Pessuti, para que possa, aproveitando a presença dos Srs. Vereadores, aproveitando a nossa TV SINAL e a Sessão de hoje, tecer comentários sobre esta extraordinária conquista do nosso Estado a respeito da Copa do Mundo, conquista esta que já tive oportunidade, por dezenas de vezes, deixar isto patente, só foi possível graças ao empenho pessoal do Orlando Pessuti nessa luta para trazermos a Copa do Mundo para o nosso Estado.

Por esta razão, e já tivemos também a oportunidade, em nome da Assembleia Legislativa, de agradecer ao Vice-Governador, mas quero neste momento deixar a tribuna desta Casa, Governador, para as suas palavras, a fim de que todo o Estado do Paraná, oficialmente, tome conhecimento do que foi este trabalho e o que significa para o nosso Estado conquista de tamanho porte.

Com a palavra o Vice-Governador Orlando Pessuti.

Sr. Orlando Pessuti

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; Sra. 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti; 2º Secretário, Deputado Jonas Guimarães; estimados amigos; demais autoridades que compõem a Mesa principal desta Sessão; Procurador Olympio de Sá Sotto Maior; Procurador Dr. Giacóia, Presidente da UVEPAR; Bento Batista, nosso estimado Vereador, suplente de Senador, Jorge Bernardi, aqui representando o Prefeito Municipal de Curitiba, Beto Richa, Bernardi que é Secretário Municipal desta Cidade, Sras. Deputadas Luciana, Rosane, Beti, que ainda não chegou, mas esteve conosco ainda há pouco, e a todos os Deputados Estaduais aqui presentes, o nosso respeito, admiração e carinho sempre renovado, porque afinal de contas, Deputado Reni, por 20 anos estivemos dentro desta Casa, como V. Exas. estão hoje procurando, mais e melhor, fazer pelo povo do Paraná.

Quando aqui chegamos, Caíto, você se lembra, em 1983, junto com o Governador Roberto Requião, realmente aqui chegamos para construir um Paraná melhor do que aquele que tínhamos, e temos certeza que cumprimos estamos cumprindo com o nosso dever.

E fico feliz de estar aqui hoje, porque quando o Presidente Nelson Justus pediu para que eu viesse para cá, para dar contas dessa nossa missão, representando o Estado do Paraná, no País Bahamas, na Cidade de Nassau, quando a CBF, a FIFA, o Comitê Executivo Organizador da Copa do Mundo de 2014 anunciaria, como de fato anunciou, as 12 Cidades que irão sediar os jogos da Copa do Mundo em 2014 e dentre elas, para a nossa felicidade, o Estado do Paraná e a Cidade de Curitiba estão contemplados e anunciados.

Não sabia que teria uma plateia tão privilegiada de Deputados, Deputadas, Vereadores, Vereadoras. Por isso, a todos e a cada um de vocês que aqui estão eu cumprimento, porque afinal de contas, Bento, você que é meu amigo há tantos anos e com quem temos conversado no dia a dia, sei o quão importante é a lida e o trabalho desenvolvido pelos nossos Vereadores e pelas nossas Vereadoras. Cada um de vocês que aqui estão, meu estimado Marcelino que vem de Capanema, o quanto carinhosamente vocês Vereadores e Vereadoras tem nos recebido por esta Paraná afora, nessas andanças que tenho feito. Meu estimado amigo Belinati, desde 1966, quando você, meu pai, fundaram o MDB velho de guerra, e desde então temos andado pelos caminhos da política do Paraná.

Fica feliz em ver o professor Aguinaldo, nosso Prefeito de Roncador, que também aqui representa a todos os Prefeitos do Paraná e que também, muito carinhosamente, nos tem recebido. Por isso, recebam vocês Vereadores, Vereadoras, Prefeitos e Prefeitas, Vice-Prefeitos e Vice-Prefeitas, Deputados e Deputadas, a manifestação do nosso carinho, do nosso respeito e da nossa gratidão por tudo aquilo que vocês fizeram.

Antes de falar dessas nossas ações enquanto Vice-Governador, enquanto coordenador do Comitê Executivo, dizer do outro assunto que é de importância grandiosa para a Assembléia Legislativa do Paraná, que foi a participação dos nossos Deputados Estaduais na 13ª Conferência Nacional da União Nacional dos Legislativos Estaduais. A associação que une a todos os Deputados Estaduais do Brasil.

Estamos aqui numa reunião com a presença do Presidente da União dos Vereadores do Paraná, União dos Vereadores do Brasil, e temos a felicidade de dizer que na semana passada, lá em Belém do Pará, os Deputados Artagão, Ademir Bier, Francisco Bühner, Edson Strapasson, Jonas Guimarães, a Rosane, lá estiveram juntamente com os Deputados Romanelli, Alexandre Curi, participando de um evento de importância maior que foi justamente a eleição dos novos membros da diretoria. A discussão se fez a respeito da Saúde Pública neste País, na visão dos nossos Parlamentares Estaduais e na visão de homens públicos de importância e renome neste País, como é o caso do Deputado gaúcho Narciso Perondi, ou do Governador Requião, que foi um dos conferencistas naquela oportunidade, que também teria como conferencista o José Serra, mas que por motivos de última hora não pode comparecer.

Naquela oportunidade, a Assembleia, além de se fazer representar, conseguiu mais uma vez ocupar importantes espaços, e quero cumprimentar a todos na pessoa do Deputado Artagão, por ter sido Vice-Presidente da União Nacional dos Legislativos do Brasil, entidade que tive o privilégio de presidir nos anos de 2000 e 2001. Espero, Deputado Artagão, que V. Exa. possa, muito brevemente, estar chegando também à presidência dessa entidade que é representativa dos Deputados e Assembléias do nosso País.

Com referência ao trabalho Copa do Mundo 2014, sabe o Presidente Nelson Justus, sabe o Deputado Alexandre Curi, sabe o Deputado Romanelli, que participaram da 1ª Comissão de Deputados e Lideranças Políticas Governamentais e da Sociedade Civil Organizada, que montamos a 1ª Comissão, em abril de 2007, para darmos início ao trabalho de sugestões de praças esportivas. Naquela ocasião, o novo projeto do Pinheirão e o projeto da Arena da Baixada estavam em discussão. Desde abril de 2007, temos nos ocupado, eu diria a vocês que semanalmente, a conversar sobre as questões ligadas à Copa do Mundo. No mês de setembro, posteriormente de 2007, o Governador Requião instituiu o Comitê Executivo da Copa do Mundo e somos alçados a essa condição para coordenar os trabalhos junto ao Governo do Estado, junto com a Prefeitura Municipal, junto com a Federação Paranaense de Futebol, o Clube Atlético Paranaense e com as demais entidades escolhidas naquele momento pelo Governador e pela sua equipe para levar adiante esse trabalho.

Não foi fácil no primeiro momento, tínhamos divergências seriíssimas da Federação Paranaense de Futebol com a Confederação Brasileira de Futebol. A Federação Paranaense não era recebida e não conversava com a CBF, e isso era um entrave dos maiores. Tivemos que superar isso. Tivemos que superar as divergências de ordem política e partidária existentes naquele momento entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal, por conta das disputas eleitorais e não apenas do Governo do Estado em relação ao Governo Municipal, mas de diversos setores partidários que buscavam, na eleição municipal, ocupar o seu espaço.

Tínhamos o problema das torcidas, tínhamos o problema das Cidades que queriam ser sedes e não era só Curitiba; tínhamos o problema das equipes de futebol, e tudo isso precisava se harmonizar.

Pouco a pouco, passo a passo, fomos harmonizando e conseguimos ser recebidos pelo Presidente da CBF, conseguimos levar adiante o nosso trabalho. A FIFA veio até nós. A CBF veio até nós. Nós fomos ao Rio de Janeiro, a Brasília, conversar com os Deputados Federais e Senadores, conversar com os Ministros, e disso tudo resultou que no dia 31 de maio, em Nassau, nas Bahamas, a Cidade de Curitiba, em meio a 18 Cidades que inicialmente pleitearam a condição de Cidade-Sede, fosse uma das 12 escolhidas.

O Estado do Paraná também assumiu junto a responsabilidade de organizar jogos da Copa do Mundo, em 2014, aqui na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná.

Quero, Deputado Neivo, V. Exa. que hoje é Deputado Estadual, mas que quando esse trabalho começou, V. Exa. era o Secretário Municipal de Esportes, e ao lado do Augusto Canto Neto, que era o Presidente do IPPUC; Luiz Carvalho, que era Secretário do Turismo, foram os nossos primeiros parceiros, junto com o Luciano Ducci, Vice-Prefeito e o próprio Prefeito Beto Richa, na construção das soluções que precisávamos ter.

Agradecer a V. Exa. e a todos os demais Deputados que têm nos ajudado a levar adiante essa ideia e essa proposta de que o Paraná poderá, sim, ser um exemplo e um modelo de organização, de uma Copa do Mundo, como já foi em 1950, como já foi em outros grandes eventos, que aqui em Curitiba, ou lá em Londrina, ou lá em Maringá, ou Foz do Iguaçu, Cascavel, ou em qualquer Cidade de médio e grande porte, o Paraná teve competência para realizar, haveremos de ser competentes para também organizar e realizar jogos da Copa do Mundo.

A Copa do Mundo não se restringe apenas e tão-somente aos jogos de futebol. A perspectiva que temos de duplicar, triplicar, quintuplicar o número de turistas vindo ao Estado do Paraná e às Cidades do Estado do Paraná é muito grande. Eu diria até uma certeza de que isso acontecerá. A Copa do Mundo, mais do que uma simples competição esportiva, onde uma seleção disputa jogos com outra seleção, é a oportunidade que existe do conagraamento entre os povos, entre as pessoas de todo mundo, que por todos os lugares onde os jogos estão acontecendo elas se dirigem para promover o turismo e para, evidentemente, ao final, assistir uma ou outra partida de futebol, ou mesmo não participando, não assistindo um jogo de futebol, participar das grandes festas que se organizam por conta da realização dos jogos da Copa do Mundo numa Cidade, num Estado, ou mesmo num País.

O Paraná, tenho certeza, será altamente beneficiado, não só naquilo que diz respeito ao futebol, não só naquilo que diz respeito ao turismo, mas será beneficiado no seu desenvolvimento urbano, será beneficiado na sua infraestrutura viária, tanto de rodovias, como ferrovias e aeroportos, como também de portos.

O porto de Paranaguá, por exemplo, associado ao porto de Antonina, já prevê a construção de um terminal para atracar navios de turismo que possam trazer aqueles que aqui virão durante a Copa, antes da Copa, para conhecer e visitar o nosso Estado, para assistir ou não os jogos de futebol. Da mesma forma aqueles que estarão visitando Paranaguá, que é um dos três dos 65 destinos turísticos brasileiros. No Brasil são 65 destinos que serão comercializados junto com os pacotes da Copa do Mundo, e três deles estão no Paraná: Paranaguá, Curitiba e Foz do Iguaçu.

Essas Cidades estarão recebendo turistas, e as outras todas poderão receber, como é o caso de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Umuarama, Paranavaí, União da Vitória, a nossa querida Capanema, Planalto, Toledo, Guarapuava, poderão receber os seus turistas para poderem com isso participar dessa grande festa que é a Copa do Mundo.

As obras que virão para o Paraná, certamente ficarão para toda a população, não apenas para uma equipe de futebol. Serão para toda a população, e por isso enalteço o trabalho de todos aqueles que já tomaram iniciativa ou estarão participando, discutindo e votando leis para ajustar, de forma apropriada, a questão fiscal e tributária do Paraná a Cidade de Curitiba, de Curitiba ao Paraná, e de Curitiba e do Paraná ao Brasil.

Para que a Copa do Mundo possa aqui enaltecer, quero cumprimentar a cada um de vocês e agradecer aqueles que já tomaram iniciativas, como é o caso do Deputado Chico Noroeste, que realizou em Foz do Iguaçu reuniões, o caso do Deputado Dobrandino, do Deputado Reni, Deputado Jocelito Canto que tem feito todo um trabalho mexendo com o pessoal de Ponta Grossa. Quero também cumprimentar o Deputado Bertoldi, porque sei que propôs a criação de uma Comissão Especial para cuidar dessas questões.

Digo que cada um de vocês terá um papel preponderante nesse trabalho. Os jogos poderão estar acontecendo aqui na Cidade de Curitiba, as obras e os benefícios poderão estar sendo levados à Cidade que cada um de vocês representa, porque no momento em que investirmos num porto, num aeroporto, numa rodovia, na duplicação de uma estrada, na melhoria da infraestrutura urbana, de Saúde, hotelaria ou coisa parecida da nossa Capital, isso reverterá em benefício a todos nós.

É uma conquista de todos, que tive o privilégio de coordenar, como disse o Presidente Nelson Justus, mas que compartilho com cada um de vocês, porque afinal de contas nada disso teria acontecido se sozinho estivéssemos nessa empreitada. Tivemos êxito porque contamos com o apoio de muitas pessoas, dentre elas nossos estimados amigos, companheiros Deputados Estaduais, nossas estimadas amigas e companheiras, as Deputadas Estaduais, Vereadoras e Vereadores, Vice-Prefeitas e Vice-Prefeitos, Prefeitos do Estado do Paraná.

O trabalho não terminou, ele está apenas começando. Por enquanto, só conquistamos o direito de sediar jogos da Copa do Mundo. Daqui para frente é lutar para que tenhamos uma quantidade maior de jogos, para que não fiquemos apenas na 1ª fase, mas que possamos ir para os oitavas de final, para as quartas de final, para que possamos sediar toda a estrutura de mídia e de comunicação da Copa do Mundo, para que possamos ter aqui outros eventos, como por exemplo jogos das eliminatórias, que sejam ainda da Copa do Mundo, para que possamos ter aqui outros eventos, como por exemplo jogos das eliminatórias, que sejam ainda da Copa de 2010 ou da Copa de 2014, porque tudo isto estará contribuindo para a promoção da nossa Curitiba, da nossa Região Metropolitana, do nosso litoral e de todas as Cidades do nosso querido interior do Paraná, que graças ao bom Deus estamos todos ajudando, com nosso trabalho, a mudar para melhor a vida das pessoas, com a vinda da Copa do Mundo para o Estado do Paraná e para a Cidade de Curitiba.

Uma boa-tarde a todos vocês e bom trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia ao vice-Governador e a todos que, por determinação da Mesa, foi criada uma Comissão Especial para acompanhamento dos trabalhos da Copa do Mundo de 2014, sob a presidência do Deputado Osmar Bertoldi, com a participação dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Neivo Beraldin, Cida Borghetti, Reni Pereira, Ademar Traiano e Elton Welter.

Antes de passarmos a palavra ao Presidente da UVEPAR, Vereador Bento Batista da Silva, cabe um esclarecimento aos Srs. Deputados e todos os visitantes: alguns dos Srs. Deputados não estão presentes nesta Sessão porque neste instante, no plenarinho, há uma reunião para as assessorias dos Deputados no tocante ao Projeto Portal da Transparência. O Deputado Durval Amaral e seus assessores lá estão, e devo me deslocar para lá em seguida. Apenas lembrar aos Srs. Deputados, quero crer que todos foram devidamente comunicados e delegaram convite a seus assessores. Alguns Deputados preferiram participar da reunião eles mesmos. Por isso, o número reduzido, nesta Sessão, neste instante.

Passo a palavra, para o lançamento do Código de Ética do Vereador, ao Presidente da UVEPAR, Vereador Bento Batista da Silva.

Vereador Bento Batista da Silva

O SR. BENTO BATISTA DA SILVA

Exmo. Sr. Presidente Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o qual já tivemos oportunidade de encontrar em diversos encontros de Vereadores, e que nos possibilitou esclarecer aos Vereadores o trabalho, a funcionalidade desta Casa nas oportunidades em que esteve presente conosco; Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Paraná; os Vereadores do Estado do Paraná sempre serão gratos por esta conquista memorável, de fazer com que nosso Estado possa sediar a Copa do Mundo de 2014; Exmo. Sr. Gilberto Giaçoa, ex-Procurador Geral da Justiça; Exmo. Sr. Jorge Luiz Bernardi, Secretário Municipal do Trabalho e Emprego, que representa o Exmo. Sr. Beto Richa, Prefeito de Curitiba e fundador desta instituição que presidimos, que é a União de Vereadores do Paraná, a UVEPAR; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária da Assembleia Legislativa do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Jonas Guimarães, 2º Secretário da Assembleia Legislativa do Paraná.

(Lê):

“Não poderíamos deixar de iniciar este breve discurso sem fazer um agradecimento especial ao Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, bem como a todos os Deputados Estaduais do Paraná.

O motivo do agradecimento, Srs. Deputados, foi a aprovação do projeto de lei que reconheceu a UVEPAR como representante oficial dos 3,7 mil Vereadores e das 18 Associações microrregionais de Câmaras Municipais do Paraná.

Esta conquista, convertida na Lei Estadual nº 16083, foi o resultado de uma luta da UVEPAR que já durava 12 longos anos. Uma luta que objetivava reconhecer o que todos já sabiam, mas que carecia de reconhecimento oficial: que a UVEPAR, nos seus 20 anos de existência, sempre foi a legítima representante dos Vereadores do nosso Estado.

Dada a importância que esta conquista possui para a UVEPAR e aproveitando a presença de boa parte dos Vereadores de todo o Paraná nas galerias da Assembleia Legislativa, fazemos um agradecimento especial aos Srs. Deputados por atender esta importante reivindicação. Esta conquista se reveste de brilho ainda maior porque a UVEPAR está comemorando, nesta semana, 20 anos de existência.

A data está sendo lembrada com uma série de eventos, como a Reunião das Vereadoras do Paraná, promovida hoje pela manhã, no plenarinho da Assembleia Legislativa. E prosseguirá amanhã, quando promoveremos o 26º Encontro Estadual de Vereadores do Paraná, com a presença de lideranças públicas ilustres e o apoio do Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público do Paraná e o Grupo Uninter de Educação.

Um destes eventos, porém merece destaque. E é sobre ele que gostaríamos de falar, brevemente, a partir de agora. Refiro-me ao motivo que nos levou a ocupar o Grande Expediente da Sessão de hoje da Assembleia Legislativa: o lançamento do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Vereador.

Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, meus caros amigos Vereadores, colegas da imprensa.

O lançamento do Código de Ética do Vereador é uma das mais importantes, oportunas e corajosas medidas tomadas por uma organização política nacional. Esta medida é importante, porque mostra o total compromisso da atual diretoria da UVEPAR com a ética e a moralidade pública - exigências cada vez maiores na sociedade altamente crítica que temos, hoje em dia.

Esta medida é oportuna, porque revela a total identidade da UVEPAR com o espírito público, que exige dos políticos, cada vez mais, ética, seriedade e transparência. Esta medida também é corajosa, senhores e senhoras, porque mostra que os Vereadores e Vereadoras do Paraná não têm medo de assumir suas responsabilidades com total clareza.

Tanto isto é verdade, que as primeiras organizações às quais comunicamos nossa intenção de implantar o Código foram aquelas às quais cabe exatamente o papel de fiscalizar os agentes públicos: o tribunal de contas do Paraná, o Ministério Público do Paraná e, agora, a Assembleia Legislativa do Estado.

Mais do que isso, os Vereadores do Paraná querem contribuir, dar o exemplo de seriedade e correção no exercício dos seus mandatos. Querem mostrar ao Paraná e ao Brasil que os poucos casos de irregularidades verificados nas Câmaras Municipais são apenas exceções, e não a regra.

Queremos que todos saibam que não aceitaremos mais a pecha de desonestos, que muitas vezes recai sobre os Vereadores pelo fato de eles serem o elo mais frágil dentre os detentores de cargos eletivos.

Os Vereadores e Vereadoras do Paraná exigem e merecem respeito, senhores e senhoras. O que o Código

de Ética e Decoro Parlamentar propõe é exatamente isto. Com ele, queremos ajudar o segmento político a conquistar o respeito que merecemos da sociedade. Mas queremos fazer isto não com palavras, e sim com gestos que comprovem nosso efetivo compromisso com a sociedade. Porque, afinal, já está na hora de os Vereadores terem o seu valor reconhecido. Afinal, são eles os detentores de mandatos eletivos mais próximos da sociedade. É a eles que as pessoas recorrem sempre que precisam de algo. São eles que mantêm contato direto e permanente, todos os dias, com pelo menos 20% da população brasileira.

Nada mais justo que agora, mostrarem ainda mais seu valor em uma área crucial para a sociedade: a ética.

Portanto, não pretendemos limitar nossas ações ao lançamento do Código que, a partir de hoje, será distribuído a todas as Câmaras Municipais do Paraná. Queremos ir além. Queremos aproveitar a presença de todos os senhores e senhoras aqui presentes para convidar todas as 399 Câmaras de Vereadores do Paraná a implantar o Código no menor prazo possível.

A partir de agora, a assessoria jurídica da UVEPAR, na pessoa do Dr. Jonias de Oliveira e Silva, orientará os Presidentes de Câmaras do Paraná a implantar o Código. Trata-se de um processo bem simples, que gostaria de explicar agora, brevemente.

A implantação do Código de Ética e Decoro Parlamentar se dará pela discussão e aprovação de projeto de resolução da Câmara Municipal. Ele define os atos e ações que se caracterizam como quebra de Decoro Parlamentar e os atos e ações que se caracterizam como quebra da Ética Parlamentar.

O Código abrangerá o comportamento do Vereador dentro e fora da Câmara Municipal.

Ele prevê as seguintes cinco punições para comportamentos reprováveis, em ordem crescente de gravidade:

I - advertência pública oral;

II - advertência pública escrita;

III - advertência pública escrita, com notificação ao Presidente do partido político ao qual pertencer o Vereador advertido;

IV - suspensão temporária do mandato, com a destituição dos cargos parlamentares e administrativos que o Vereador advertido ocupe na Mesa ou nas comissões da Câmara; e

V - finalmente, a perda do mandato do Vereador.

Como se vê, são medidas duras que mostram o quanto estamos comprometidos com o discurso moralizador que fazemos neste momento.

O Código prevê a criação de um Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com as seguintes características: três membros; mandato de um ano; indicação dos Líderes de Bancadas; critérios de escolha e de desligamento.

Ele prevê ainda que qualquer pessoa poderá apresentar denúncia por escrito, com a identificação do denunciante.

Ao referido Conselho, compete analisar o caso e dar a oportunidade de o Vereador apresentar sua defesa.

O Conselho apenas emitirá relatório sobre o caso, com seu posicionamento, mas o julgamento do Vereador se fará pelo Plenário.

O Código prevê, também, que cada Vereador deve declarar seus bens, sua profissão e suas fontes de renda e de seu cônjuge, quando iniciar o mandato. Dentro do seu mandato, deve fazer estas prestações de contas anualmente.

Não temos a menor dúvida em afirmar que não há, no Brasil, legislação mais moderna sobre o assunto.

Por este motivo, a medida que estamos adotando hoje, será utilizada como modelo para todas as demais Unidades da Federação.

Na condição de Presidente da UVB - União dos Vereadores do Brasil - quero assumir aqui o compromisso público de fazer com que esta pioneira e grandiosa ação moralizadora das Câmaras Municipais do Paraná seja levada a cada quadrante deste País.

Sabemos que a tarefa não é fácil, uma vez que a implantação de qualquer iniciativa ousada sempre enfrenta resistências. Mas a medida é necessária. E, tenham a certeza, senhores e senhoras, será tomada, no que depender da UVB e da UVEPAR. Esta, aliás, não é a primeira vez que a UVEPAR anuncia medidas moralizadoras.

Em abril deste ano, durante o 2º Congresso Estadual das Câmaras Municipais, a UVEPAR recebeu o apoio de Vereadores de todo o Paraná à sua proposta de reduzir as despesas das Câmaras Municipais em 15%.

Foi a resposta da UVEPAR aos apelos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para que os agentes públicos entendessem o momento de crise vivido pelo País e reduzissem suas despesas.

Aos senhores e senhoras aqui presentes, gostaríamos de dizer que a UVEPAR é sensível a esta causa. E é sensível também aos apelos da Nação por mais moralidade na política.

Gostaríamos de encerrar este breve discurso citando uma frase de um dos ícones da moralidade pública, o mestre Rui Barbosa. Num dos seus brilhantes discursos, Rui Barbosa disse: *Sem o senso moral, a audácia é a alavanca das grandes aventuras*. Na política, muitas vezes é preciso ser audacioso e ousado para atingir o objetivo de atender os anseios populares.

Mas, quero que os senhores e senhoras saibam que, no que depender de nós e da UVEPAR, a ousadia que colocaremos em prática está fixada em uma sólida base moral. É esta base, meus caros, que ilumina e continuará iluminando o caminho da UVEPAR e dos Vereadores do Paraná, agora e sempre.

Muito obrigado.”

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Esta Presidência, mais uma vez agradece e registra a composição da Mesa: Exmo. Vice-Governador do Estado do Paraná, Sr. Orlando Pessuti; Exmo. Sr. Olympio Sotto Maior, Procurador Geral da Justiça no Paraná; Exmo. Sr. Gilberto Giacoia, ex-Procurador Geral da Justiça; Exmo. Sr. Bento Batista da Silva, Presidente da

UVEPAR; e demais Vereadores e Vereadoras; Exmo. Sr. Jorge Luiz Bernardi, Secretário Municipal do Trabalho e Emprego, representando neste ato o Exmo. Sr. Beto Richa, Prefeito da Cidade de Curitiba.

Nosso agradecimento ao Presidente da UVEPAR, bem com aos demais Vereadores e Vereadoras. Suas presenças muito nos honram nesta hora tão importante na vida do nosso Estado do Paraná.

Suspendo a Sessão por cinco minutos. Logo após, daremos início ao Pequeno Expediente.

(Aplausos)

(É suspensa a Sessão)

(É reaberta a Sessão Ordinária)

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 701/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de São João do Triunfo.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,679 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 702/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de Palmeira.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,763 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 703/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de Inácio Martins.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,690 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 704/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de Rebouças.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de Rebouças.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,711 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de

informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 705/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de Irati.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,743 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 706/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de Rio Azul.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,738 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 707/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de São Carlos do Ivaí.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,738 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 708/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de São Mateus do Sul.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,766 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 709/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de Teixeira Soares.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,738 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 710/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de Antonio Olinto.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de Antonio Olinto.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,711 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 711/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de Paulo Frontin.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,735 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 712/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de Fernandes Pinheiro.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de Fernandes Pinheiro.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,711 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 713/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de Imbituva.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,727 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 714/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de Guamiranga.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de Guamiranga.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,702 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 715/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã ao Município de Cândói.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, no Município de Cândói.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com um IDH de 0,712 que com a instalação da Biblioteca Cidadã, certamente beneficiará em muito sua população a qual poderá fazer uso além do acervo de 2 mil livros, também nas áreas de informática e treinamentos de pessoas sendo determinante para desenvolver o conhecimento, a leitura e inclusão digital de sua população.

INDICAÇÃO Nº 716/09

SÚMULA:

Propõe a Biblioteca Pública do Estado do Paraná e a Fundação Poty Lazzarotto, dispense atenção especial à solicitação de realização de uma exposição das obras no Município de Campo Mourão.

Sr. Diretor da Biblioteca Pública do Estado do Paraná:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, por proposição do nobre Vereador José Pochapski, que através de ofício nos pede empenho para que esta Biblioteca Pública Estadual e a Fundação Poty Lazzarotto dispensem atenção especial à solicitação de realização de uma exposição das obras do mestre Poty Lazzarotto no Município de Campo Mourão.

II - Com o intuito e democratizar a cultura e levá-la a todos os pontos do Estado é que formulamos tal pedido.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito engrandecerá, e muito, a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 717/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Segurança Pública a inclusão do posto de atendimento de Campo Mourão no processo de informatização da emissão de carteiras de identidade.

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado se digne em dedicar especial atenção na inclusão do posto de atendimento de Campo Mourão no processo de informatização da emissão de carteiras de identidade.

II - Por proposição de nobre Vereador Jose Pochapski, aprovado por unanimidade junto a Câmara Municipal de Campo Mourão, nos foi encaminhado ofício pedindo o nosso empenho na sensibilização desta Secretaria para que inclua, de fato, o Município nos planos de informatização.

III - Conforme se tem notícias esta Secretaria está implantando um novo sistema de identificação civil em seus postos de atendimento e este novo sistema proporciona a diminuição significativa do prazo de expedição da Carteira de Identidade e sua consequente entrega ao interessado em tempo menor.

IV - Este é um pedido dos moradores em geral, e seu atendimento beneficiará a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 718/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, a inclusão do Município de Campo Mourão no Programa Paraná Alfabetização, Projeto Caravana da Alfabetização.

Sra. Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED e dirigir atenção especial à inclusão do Município de Campo Mourão no Programa Paraná Alfabetizado, Projeto Caravana da Alfabetização.

II - Por proposição de nobre Vereador José Pochapski, a Câmara Municipal de Campo Mourão, nos encaminhou ofício pedindo o nosso empenho na sensibilização desta Secretaria para que viabilize esta inclusão.

III - Destaque-se que esta solicitação visa beneficiar não somente os moradores locais, mas também toda a região em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 719/09

SÚMULA:

Propõe a instalação de três poços artesianos no Município de Doutor Camargo.

Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado realize viabilização da instalação de três poços artesianos no Município de Doutor Camargo.

II - Por proposição do nobre Vereador Daniel Xavier, que por ofício nos pede empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, informamos que esta solicitação atenderá antiga reivindicação e anseios dos moradores da localidade que até os dias atuais têm dificuldades em obter água potável canalizada.

III - O atendimento proporcionará uma melhoria significativa na qualidade da água utilizada pela comunidade, provocando, por consequência, a redução da incidência de diversas doenças causadas pela má qualidade da água atualmente utilizada.

IV - Portanto estaremos atuando de forma bastante efetiva na melhora da qualidade de vida e saúde de nossa gente, que é nossa obrigação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 720/09

SÚMULA:

Propõe a atenção especial ao grave problema da falta de viaturas policiais no Município de Quarto Centenário.

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado se digne em dedicar especial atenção ao grave problema da falta de viaturas policiais no Município de Quarto Centenário.

II - O nobre Vereador Valdir Alves de Oliveira, nos encaminhou, através de ofício, um pedido de atenção especial pois a situação atual é bastante crítica, além disso inúmeros munícipes nos pedem que envidemos esforços na sensibilização das autoridades competentes para o problema seriíssimo que vem ocorrendo no Município.

III - Atualmente o Município não conta com viaturas em condições sequer de perseguir algum meliante. O estado deplorável de conservação do único veículo da Polícia pode ser verificado pela permanência constante em oficinas, sendo que na data atual o veículo encontra-se a mais de um ano parado.

IV - Esta é uma reivindicação dos moradores em geral, e em especial nestes últimos tempos onde têm sido frequentes os delitos.

V - A insegurança já atingiu patamar muito elevado e somente com o atendimento quanto ao aumento dos recursos e o acirramento das rondas ostensivas poderemos minimizar tal situação com enormes benefícios à comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2676

Senhor Presidente:

O Deputado Chico Noroeste (PR), que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária para o dia 16 de junho (terça-feira) para o Sr. Luiz Felipe Gonzáles - coordenador do Comitê Pró-Eleição das Cataratas do Iguaçu como uma das Sete Maravilhas da Natureza - que vai percorrer sobre a importância da escolha deste destino turístico para a economia da Região Oeste e do Paraná.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2679

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja enviado convite ao Superintendente do IBAMA, Sr. José Álvaro Carneiro, para comparecer nesta Assembleia Legislativa, em Sessão Ordinária próxima, para explicar sobre recentes operações realizadas por esse órgão federal, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi e Elton Welter.

JUSTIFICATIVA:

O convite ao representante do IBAMA é para esclarecer o andamento da operação *angustifolia*, sobre o desmatamento no Estado, realizada em conjunto com a Polícia Federal, em vários Municípios, nos últimos dias.

REQUERIMENTO Nº 2675

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, ao Sr. Marcos Isfer, presidente da Urbanização de Curitiba S/A - URBS, a instalação de um semáforo com acionamento manual para pedestres em frente a entrada da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que o redutor de velocidade já existe no local, não faz com que os veículos deem preferência a travessia dos pedestres.

REQUERIMENTO Nº 2615

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Adelino Pires Carvalho, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2616

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alcendina Fernandes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2617

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aloisa Rukzac de Paula, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2618

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de André Wolinsk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Carlos Ferreira e Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2620

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Correia Lemes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2621

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aurora de Jesus Ribeiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2622

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Doraci Santana Ditzel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eduardo José de Freitas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2624

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Idazima do Nascimento Neves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2625

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Fabiane Ribeiro de Andrade, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2626

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ilda Norenberg Iansen, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2627

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Maria Martins, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2628

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Irene Scheneider Julcovinsk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2629

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Irajá Gabriel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2630

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Jocir Sovinsk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2631

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Dote, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2632

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Martins dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2633

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiz Carlos Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2634

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luis Augusto Zander, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2635

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto

Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Elena Leoncio, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2636

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maisa Cristina Majer, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2637

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Teofila Migdalski Gorczano, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2638

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sirlene de Fátima de Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2639

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Roseli Rosa da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2640

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Otilia Schemberger Praisner, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2641

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-supervisor de futebol Sr. João Hélio Alves.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, aos 81 anos de idade, dia 31 de maio nesta Capital, o Sr. João Hélio Alves deixando viúva a Sra. Nelly Pinto Alves. Deixou ainda o filho Paulinho Alves que ocupa o cargo de supervisor de futebol no Coritiba.

João Hélio Alves nasceu em 1927, em Paranaguá, onde residiu até a morte do pai, em 1936. Neste mesmo ano, mudou-se para Curitiba, onde estudou e trabalhou até 1942. De volta a Paranaguá, iniciou sua carreira no futebol como atleta amador no Clube Atlético DNC (Departamento Nacional do Café). Paralelamente ao futebol, foi auxiliar de escritório na empresa Rocha S/A., funcionário público da SUDESP, gerente do Cine Santa Helena, entre outros. Em 1964, conquistou o título pelo Clube Atlético Selte, no campeonato regional pela zona sul e vice no geral.

Em 1968, veio para Curitiba com a família. Assumiu a função de técnico do Coritiba Football Club, onde solidificou sua carreira profissional no futebol paranaense. Também foi técnico do Atlético, Colorado, Londrina, Pinheiros, Grêmio de Maringá, Irati e Rio Branco. Hélio Alves conquistou vários títulos, como o Campeonato Brasileiro, no Coritiba, em 1985; recebeu homenagens e os troféus Chuteira de Ouro e Corujinha, Pergaminho de Ouro e o diploma de Mérito Rotariano. Também recebeu diversos convites para atuar em outros Estados.

Um vácuo imenso nos invade a alma e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana, viver, lutar, morrer.

Fique certo, amigo dileto João Hélio Alves, de que sua memória ficará viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se debruçada em lágrimas, dizendo que pode repousar tranquilo pois saberão honrar seu nome e cultivar sua memória.

Um amigo é o dom mais precioso com que os céus nos possam presentear. E agora mais do que nunca sentiremos saudades.

Que Deus na sua infinita bondade lhe retribua na outra vida o muito que fez pelos seus semelhantes.

Descanse em paz João Hélio Alves.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Alves, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2682

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de pesar à família Rocha pelo falecimento do Sr. João Maria Rocha, cartorário da Cidade de Ivaiporã, ocorrido no último dia 17 de maio do corrente ano.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópias aos familiares.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Sr. João Maria Rocha, nasceu em Guarapuava, neste Estado, em 25 de setembro de 1932, filho de Manoel Teodoro Richa e Natalina de Almeida Rocha, Engenheiro Agrônomo assumiu a titularidade do Cartório de Ivaiporã em 06 de maio de 1960, onde exerceu seu ofício até a data do seu óbito em 17 de maio de 2009. Foi Presidente do SASP - Serviço Autárquico de Saneamento e Pavimentação naquele Municípios por seis a anos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Rocha, endereçando a eles, votos de profundo pesar.

REQUERIMENTO N° 2650

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. André Aparecido Ranzani por ser reconhecido como uma das 12 personalidades na Comemoração do Centenário do Coritiba Football Club que conquistaram a taça de Campeão Brasileiro no ano de 1985.

Requer ainda, envio de cópia.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 2666

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Rogério Trigo Monteiro da Rocha e a Sra. Rosangela Costa Monteiro da Rocha pela inauguração da Lojas Paulista no dia 02/05/09 no Município de Colombo.

Requer ainda, envio de cópia.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 2667

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. José Augusto Cardoso da Silva e a Sra. Marly Souza da Silva pela inauguração da loja Casa do Lago no Município de Colombo.

Requer ainda, envio de cópia.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 2668

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Casa do Zé.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Casa do Zé, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO N° 2669

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Associação dos Servidores Públicos do Paraná pelos 77 anos.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Associação dos Servidores Públicos do Paraná pelos 77 anos, na pessoa de seu presidente Sr. Brasil Paraná de Cristo, que vem ao longo destes anos representando oficialmente a classe dos funcionários civis do Estado do Paraná, promovendo a união dos servidores públicos em geral e defendendo os interesses da categoria, com uma estrutura cada vez mais forte e atuante, é a segunda maior associação do país, contando com diversas alternativas de lazer para seus associados e com um patrimônio em crescimento, propicia a seus filiados a oportunidade de várias formas de passatempo, não esquecendo também da saúde destes, oferecendo consultas médicas e odontológicas, atendendo assim em todos os aspectos os seus membros.

REQUERIMENTO N° 2647

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, que seja reiterado o pedido de informações a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania referente ao requerimento aprovado em 19 de março de 2009 (informações referentes as ações efetivas que o Governo do Estado, através da Secretaria da Justiça e da Cidadania, está tomando para estruturação do quadro funcional das Carreiras da Defensoria Pública), em virtude da decadência do prazo Constitucional.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) ROSANE FERREIRA

Projeto de Lei**PROJETO DE LEI N° 269/09**

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública o Instituto Agroecológico - IA, com sede e foro no Município de Curitiba, neste Estado.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/06/09.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 01/02/06, o Instituto Agroecológico, entidade sem fins lucrativos, é constituída por uma equipe multidisciplinar que tem por finalidade realizar trabalhos na área agrária, considerando as dimensões culturais, ambientais, sociais e econômicas, além da contribuição no transformar da realidade fomentando sistemas de agricultura que sejam mais sustentáveis baseados em princípios agroecológicos.

O Instituto tem como perspectiva a inclusão social pequenos agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos e caiçaras que historicamente ficam à margem do processo de desenvolvimento; por meio de ações que fomentem a iniciativa empreendedora dos próprios agricultores.

Pequeno Expediente

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passamos, neste ato, ao Pequenos Expediente.

Primeiro orador inscrito, nesta tarde, com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter. Informo V. Exa. que seu tempo é de cinco minutos.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Vereadores do Estado do Paraná aqui presentes, Vereadoras, Prefeitos e Vice-Prefeitos.

É uma honra recebê-los aqui nesta Casa. Espero que a eleição da UVEPAR corra bem e que haja todo o processo legítimo. Eu que já fui da direção da Associação das Câmaras do Oeste do Paraná, sei da importância que tem a associação e a organização dos Vereadores no Estado do Paraná e no Brasil. Parabéns a todos. Aqui, certamente, são todos vitoriosos aqueles que têm mandato eletivo e merecem, de fato, representar o povo das Cidades que os elegeram. Bom trabalho a todos. E sinto-me honrado em poder falar também para esses líderes municipais do Estado do Paraná.

Sra. Presidente, quantas e quantas iniciativas dos Pares desta Casa tramitam aqui, algumas com êxito, algumas sem êxito. Esta Casa, Deputada Luciana Rafagnin, para a sua felicidade e para a minha felicidade, nós que fomos autores de uma emenda à Constituição definindo para que as funcionárias públicas do Estado do Paraná tivessem a licença-maternidade. A votação, por unanimidade, desta Casa, foi no ano de 2007, em dezembro ainda, se não me falha a memória, no dia 17 de dezembro. E eu fico feliz, a medida que esta Casa fez a Comissão Especial da PEC que define a licença-maternidade. E quero, neste momento, fazer um apelo para que esta Casa vote em 2ª turno a PEC que já foi votada, analisada por este Poder Legislativo. Fico feliz também que o Governador do Estado, até que enfim, percebeu que a lei é boa, que a iniciativa é muito boa. E, pena, parece que só foi depois que o Judiciário autorizou, Deputada Luciana, e V. Exa. já se pronunciou sobre isso, quando servidoras públicas do Estado entraram com base na isonomia das funcionárias federais, que também têm esse benefício, o Judiciário está estendendo esse benefício.

Então, gostaria muito e, certamente, esta Casa deveria, na minha visão, votar a PEC que já foi votada em 2007, definindo a licença-maternidade de seis meses, e votar imediatamente em 2º turno, até por isso que é uma PEC e não conflita com a questão da iniciativa. Fizemos esse estudo do ponto de vista jurídico, esta Casa constituiu Comissão Especial, votou no 1º turno. Eu sei que este Poder Legislativo tem a independência necessária, e espero que o Deputado Nelson Justus, os líderes desta Casa façam essa articulação para que ela venha para cá.

Agora, é claro, sei que existem muitos argumentos, que é inconstitucional, não é inconstitucional, mas uma coisa é clara: esta Casa estudou a matéria, a iniciativa, quando a fizemos, ela tem base legal, por isso que é PEC, é uma regra que vai ficar para sempre. Muitas vezes uma regra, por projeto, pode cair com mais facilidade, e queremos que essa regra da licença-maternidade seja permanente, para sempre, até porque é indicação da Organização Mundial de Saúde, mais de 14 Estados já a implementaram para as suas funcionárias públicas, os Municípios também já estão fazendo essa legislação para as funcionárias públicas municipais, o Governo Federal o fez, inclusive, dando incentivo para a iniciativa privada, que é adotar essa medida com benefícios fiscais, as empresas da iniciativa privada que estenderem a licença-maternidade para seis meses. Isso é um ganho para a mãe, é um ganho para o filho, é um ganho para a Saúde Pública.

Por isso o meu apelo aqui, e saber e também entender que houve a percepção e a sensibilidade do Governador Requião. Mas, como esta Casa já votou em 1º turno, já votou a sua constitucionalidade no final de 2007, acredito e defendo que esta Casa vote essa lei. Esse é o apelo que faço para a Mesa da Câmara, para os líderes partidários, para que tenhamos uma lei de origem desta Casa.

Não queremos medir forças com o Poder Executivo e sim valorizar este Poder, que tomou a iniciativa e depois muitos outros Estados foram na esteira e outras Assembleias ou outros Chefes do Poder Executivo. Por isso que ela foi feita em forma de PEC, e muitas Cidade se espelharam na iniciativa desta Casa e agora, aqui no Estado, tenho convicção que as mães, servidoras públicas, todas, se não tiver uma lei que regulamente a licença por seis meses, elas irão entrar na Justiça e ganharão esse direito.

Então, vejo com felicidade que essa proposta tramitará, seja votando essa PEC, ou pela proposta que poderá vir do Poder Executivo.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus cumprimentos pela presença de Vereadores aqui nesta Casa, que é um Legislativo também, da mesma forma que as Câmaras Municipais. Parabenizo, independente do resultado que vier a acontecer na eleição da União de Vereadores do Paraná, o trabalho que fazem as Câmaras Municipais de Vereadores.

Sra. Presidente, uso a tribuna, única e exclusivamente, para pedir à Mesa, inclusive, uma inscrição no Grande Expediente, se for possível amanhã, mas como vi que a Deputada Rosane declinou no dia de hoje, talvez tenha preferência, no próximo.

Quero aqui, Deputado Cida Borghetti, nossa Presidente, tratar que possamos conversar abertamente sobre dois assuntos que me preocupam a forma como eles têm sido colocados, que é o foro privilegiado e a imunidade parlamentar.

Vi o Presidente da União de Vereadores, inclusive falando nesta tribuna a respeito do Código de Ética das Câmaras Municipais, e é muito importante que se tenha um Código de Ética para podermos ter a condução do Vereador nas suas atividades.

Como é importante para a Assembleia, Deputado Belinati, termos o nosso Código de Ética, que aliás temos, e é importante que se tenha também uma discussão mais profunda sobre o que representa ser foro privilegiado e imunidade parlamentar, porque devido a esse acidente ocorrido, eu vi muito na imprensa, vi muitas pessoas, recebi muitos e-mails falando a respeito do foro privilegiado e da imunidade parlamentar de Deputados, como se isso, Deputado Belinati, fosse um privilégio, quando na verdade é um avanço e um conquista na defesa do representante da população, porque o Vereador não é a pessoa física do Vereador, ele representa uma parcela de eleitores que lhe deram o voto para que ele pudesse representá-los na Câmara Municipal.

O Deputado não é a pessoa física do Deputado. Ele é uma representação de uma quantidade de eleitores que o colocaram no Parlamento para representá-los.

E o foro privilegiado e a imunidade parlamentar estão longe, mas muito longe de ser uma proteção ao cidadão, e sim uma proteção ao mandato. Uma conquista que se tem para que as pessoas sejam julgadas, efetivamente, pelo fato, e não por ter um mandato ou não.

Eu fico impressionado e quero tratar deste assunto com mais profundidade, citando as leis, inclusive, Deputada Cida. É que não se distingue, inclusive, o que seria o inquérito realizado no foro privilegiado ou não. Um tocado pelo Ministério Público, com o Tribunal julgando num colegiado; o outro passível de ser tocado por uma delegacia e passível de ser julgado até mesmo num júri popular. Ao se negar o foro privilegiado, está se negando a capacidade da mais alta Corte do Estado de tecnicamente julgar uma pessoa, e não politicamente. E o foro privilegiado é, única e exclusivamente, para que o detentor de um mandato parlamentar não seja, pura e simplesmente, acusado, e sobre ele aberto um inquérito por razões politiquieiras. Mas, nada disso significa privilégio. Significa transferência do julgamento do foro comum para o foro especial, que será julgado por pessoas com uma capacidade de julgamento inclusive muito maior.

O Parlamento precisa colocar a opinião pública, como realmente funcionam as instituições, porque não é possível que venhamos a duvidar de uma instituição democrática, a conquista da democracia, em razão de fatos isolados que eventualmente tenham acontecido.

Obrigado, peço que V. Exa. me inscreva no Grande Expediente para tratar desse assunto, e volto a cumprimentar os Vereadores que nos honram, nesta tarde, convidando-os inclusive a participarem mais da Assembleia Legislativa, para conhecerem mais o trabalho que a Assembleia faz como Legislativo, da mesma forma que os Vereadores fazem nos seus Municípios.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Apenas para informar sobre o uso do horário do Grande Expediente no dia de amanhã, até convidamos a todos, porque amanhã, a pedido do Deputado Alexandre Curi, teremos aqui a presença da Presidente da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, Dra. Maria Elisa Paciornik, e também os ex-Presidentes da Associação, aonde receberão uma homenagem desta Casa.

Portanto, a sua inscrição para o Grande Expediente será feita para o dia 8, próxima segunda-feira, à hora regimetal, 14h30.

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Cida Borghetti, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Jonas, colegas Parlamentares, visitantes, telespectadores.

Presidente, nós que instituímos aqui, debaixo até de críticas de alguns colegas, a oportunidade para que os paranaenses se dirijam a mim ou a outro Parlamentar da sua região, mandando e-mails, para podermos trazer os assuntos das mais diversas regiões do Paraná nesta tribuna. E tanto eu estava certo que fui criticado por dar essa chance dos eleitores se manifestarem, que coincidentemente no domingo da mesma semana, a Gazeta do Povo publicou uma página inteira “descendo a lenha” nos políticos que recebem e-mails dos eleitores e não dão a mínima resposta.

Quer dizer, estávamos e estamos no caminho certo. E dentro disso, tenho aqui do empresário Dino Carmer, o registro da menção que fizemos. É um grande empresário da área da Educação.

E-mail da professora Ruth Macedo:

Muito obrigada, Deputado

Assisti a Sessão de hoje, 2 de junho, e fiquei muito contente por ter se lembrado de mim. Espero que a Secretária de Estado da Educação faça alguma coisa para me ajudar. Estarei sempre assistindo as Sessões. Atenciosamente, Ruth Macedo.

Aconteceu com essa professora, ela se inscreveu no Núcleo de Educação em Paranaíba, para dar aula de Física, estava tudo certo. Quando ela compareceu à escola em Nova Esperança, para se apresentar - se não estou equivocado, Nova Esperança - informaram que teria apenas quatro aulinhas para ela e nada mais. Ela está debitando isso a um chuncho que fizeram para tirar as aulas dela.

Aí cabe ao Governador Requião, cabe à Secretaria da Educação do Paraná tomar as providências. Se o professor se habilitou para dar as aulas, tinha as aulas quando apresentou os documentos, como é que na hora de trabalhar, como aconteceu com a professora Ruth Macedo, as aulas misteriosamente sumiram?

E-mail do Benedito Graciano Colombo:

Em 18 a 26 de fevereiro de 2009 foram colhidas 858 assinaturas em 23 folhas no abaixo-assinado para a construção da Unidade de Saúde SUS 24 horas para o bairro Mercês, pois esta unidade ainda é inexistente.

O povo está necessitado e carente desta unidade, pois o bairro Mercês possui 40 mil habitantes.

A 2ª e 3ª idade do bairro pede urgência para a construção na região da Torre da TELEPAR, da rua Jacarezinho.

Quando o povo da região adoece, tem que se deslocar nove quilômetros distantes até o SUS da Ouvidor Pardinho.

Srs. Prefeitos, Vereadores, Governador e Deputado do Parlamento Legislativo de Curitiba. A construção é necessária. O povo da região da Paróquia Nossa Senhora das Mercês e da Paróquia Santa Luzia pede através desta, vossa participação para consequente aprovação, deferimento e construção da Unidades de Saúde 24 Horas-SUS, do bairro Mercês, na região da Torre da TELEPAR.

Sr. Vice-Prefeito Luciano Ducci, foi entregue esta abaixo-assinado na Secretaria Municipal da Saúde e devidamente protocolado em 05 de março de 2009.

Atenciosamente, vosso amigo Benedito Graciano Colombo.

Deputada Cida Borghetti, uma ideia reivindicando do Governo Federal um posto do SUS, 24 horas, no bairro das Mercês, que somando a população das Mercês, do Champagnat e de toda aquela área, é uma população maior do que mais de 80% dos Municípios do Paraná.

Então, é importante a reivindicação do Benedito Graciano Colombo. Fazemos um apelo aqui à direção da Previdência Social do Paraná, para que atenda esse bairro das Mercês. E que também o Governo Federal aproveite o embalo para cuidar melhor da saúde do povo. Tem muitos hospitais que não têm UTI, falta médico, falta remédio, falta enfermeiro, falta especialista, de vez em quando vemos pacientes morrendo dentro da ambulância por absoluto relaxo das autoridades da Saúde Pública.

E-mail do Sandro:

Fiz minha inscrição no curso do SENASP (emergência pré-hospitalar) e para minha surpresa, quando acessei a PRONASCI para poder ganhar a bolsa estudo, o meu CPF não pode ser cadastrado. Só me confirme se o Paraná não faz parte deste programa. Sou militar e ganho menos de R\$ 1 mil e 700.

Um policial que enfrenta bandido e às vezes morre enfrentando bandido e o Governo, muitas vezes, não manda nem um cartão para a viúva, quem dirá uma corbelha de flores. Menos de R\$ 1 mil e 700 por mês. Quero responder a esse militar, o Sandro.

(Lê):

O Projeto Bolsa Formação faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Como várias outras bolsas do Governo Lula, essa é uma transferência direta de renda para profissionais de Segurança Pública que atendem alguns requisitos e fazem alguns cursos de qualificação. O benefício é de R\$ 400 "limpinhos", na mão.

Quem pode participar:

Primeiro você tem que saber se o seu Estado já aderiu ao Bolsa Formação. Depois você tem que ver você atende os requisitos. Vamos lá:

1) o benefício é para policiais militares e civis, Corpo de Bombeiros, peritos e agentes penitenciários. Guarda municipais ainda não podem, e terão que aguardar mais um pouco;

2) tem que ter um salário bruto abaixo de R\$ 1 mil e 700 (considera-se remuneração mensal bruta o vencimento do cargo ou emprego efetivo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, excluídas as indenizações, como a ajuda de custo, as diárias, o transporte e o auxílio-moradia.);

3) não pode ter cometido e nem ter sido condenado pela prática de infração administrativa grave, ou não possuir condenação penal nos últimos cinco anos; e

4) tem que realizar cursos de formação e educação continuada pelo Ministério da Justiça, sendo os mais comuns os cursos à distância (EAD SENASP), mas existem outros.

Como se cadastrar e fazer sua inscrição:

1) entre no site da Bolsa Formação.

2) lá tem o link de Cadastre-se aqui;

3) aparecerão os termos de adesão. Leia. Ao final tem uma caixinha de aceite os termos para marcar. Marque. E abaixo um pequeno formulário para preencher. Preencha;

4) se tiver tudo certinho, vai aparecer uma mensagem dizendo que correu tudo bem. O próximo passo é, nessa página mesmo, entrar com seu CPF e a senha que cadastrou no passo 3;

5) pronto, você entrou no sistema do Bolsa Formação. Clique em Cadastro Requerente, no menu 1-Cadastro, no canto inferior indireto da tela. Complete seus dados e clique no botão para concluir;

6) agora clique em Cadastro Requerimento. Neste passo você estará fazendo o requerimento dos R\$ 400 de fato. É só preencher o formulário e clicar no botão para finalizar.

A partir daí todos os links do menu estarão disponíveis, para acompanhar seu requerimento ou alterar seus dados.

É isso, ele pode requerer a Bolsa de Estudo, porque quem ganhar mais de R\$ 1 mil e 700 não pode receber essa Bolsa de Estudo.

Presidente Cida Borghetti, um apelo ao Presidente Lula, para que os pequenos Municípios do Paraná seja contemplados com o Programa Minha Casa, minha Vida, que é para libertar a família do pesado fardo que é o aluguel. Está provado que quando o casal mora numa casa própria, o casal tem mais estabilidade, se separa menos, tem menos violência nas áreas onde a pessoa mora no que é seu.

Agora, de repente, o Presidente Lula, que é um homem popular, querido e amado, está aí explodindo na popularidade, teve uma ideia errada. Temos muitas coisas boas do Presidente Lula, mas ele liberando verba para fazer casas somente nos Municípios com mais de 50 mil habitantes, o que é que vai acontecer? A família está pagando aluguel numa Cidade pequena, ali não vai sair o Minha Casa, Minha Vida, ela vai mudar para Curitiba, para Londrina, Maringá, Guarapuava, Cascavel, para as Cidades onde vai ter a casa própria. O que é que vai acontecer? Vai ter um inchaço, e as Cidades de porte médio e as grandes já estão com sérios problemas de favelas, de assentamentos, de invasões.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Presidente Lula, é um apelo que fazemos. Esta aí o Deputado Elton Welter, que é do PT, o Deputado Péricles de Mello, que é do PT também. Ajudem a sensibilizar o

Ministro dessa área, que é do meu partido, que o Ministro e o Presidente Lula mudem esse critério do Minha Casa, Minha Vida e estendam o programa para todas as Cidades do Paraná. Que os Deputados dos outros Estados reivindicuem também, porque é um tratamento injusto, desigual fazer casas só nas Cidades grandes e deixar as pequenas Cidades.

O Sr. Elton Welter (PT)

Deputado Antonio Belinati, os Municípios paranaenses ou brasileiros que quiserem fazer casas, que arrumarem a infraestrutura básica, os programas que tinham na Caixa Econômica, junto com o Minha Casa, Minha Vida, agora tem R\$ 1 bilhão para os Municípios de pequeno porte. Todos os Municípios que fizerem o dever de casa vão conseguir casas. Isso está garantido! O Presidente Lula determinou isso à Caixa Econômica, ao Ministro das Cidades, que é do seu partido. Os Prefeitos, antes do Programa Minha Casa, Minha Vida, que fizeram a programação orçamentária separando recursos e resolveram as formalidades, construíram casas, sobrou dinheiro na Caixa Econômica, antes do Minha Casa, Minha Vida. Os Municípios deveriam se programar, planejar, no sentido de priorizar a construção de casas, buscando resolver as formalidades.

Tenho convicção, e se for necessário vamos chamar aqui em Audiência Pública a Superintendente da Caixa Econômica do Paraná, vamos detalhar o Programa Minha Casa, Minha Vida, para atender os Municípios pequenos, sim, vamos esgotar isso e apontar os outros programas que já existiam antes do Minha Casa, Minha Vida. Que Prefeitos programaram e executaram casas, sim. Portanto, Prefeitos que quiserem executar, separem o terreno, preparem a infraestrutura e vão fazer casas, independente do Minha Casa, Minha Vida. Já tem R\$ 1 bilhão para ser executado no Minha Casa, Minha Vida para Municípios com menos de 50 mil habitantes.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Depois que ouço V. Exa., concluo que não serão feitas casas nos pequenos Municípios. V. Exa. falou em infraestrutura, etc., compra de terreno mais infraestrutura; tem Prefeito que não tem dinheiro para comprar passagem para ir a Brasília, porque o Município é pobre. Lamentavelmente, se depender do caixa de pequenos Municípios, não vai sair casa para eles.

Presidente Cida Borghetti, o jornalista que já foi Vereador e Deputado nesta Casa, Ricardo Chab, é absolvido de parte das acusações: *O ex-Deputado Estadual e jornalista Ricardo Chab foi absolvido das acusações de posse e recepção ilegal de armas e munições, que o levou a ser preso há cerca de um ano. A decisão é do conhecimento do Ministério Público e dos advogados do réu e deve ser publicada no Diário Oficial.*

O Ricardo Chab vinha criticando a Polícia, ele é uma pessoa muito querida, tem milhares de seguidores, admiradores. Estou feliz com a decisão que a Justiça

tomou. Mostra que muitas vezes a pessoa que tem coragem de defender o povo, acaba sendo vítima de perseguição e também vai parar na cadeia. Mas nada disso abalou o prestígio, o conceito, a admiração e a gratidão que milhares de pessoas têm por essa figura extraordinária, que eu respeito e admiro, o jornalista Ricardo Chab. Parabéns ao Ricardo Chab.

Para concluir, hoje tivemos aqui inúmeras Vereadoras e Vereadores, deixo minha saudação a este Parlamentares. Lembro-me que há 41 anos fui eleito pela primeira vez Vereador, eu e o Álvaro Dias, éramos quase moleques de calças curtas. Eu fui o Vereador mais votado de Londrina, naquele pleito. O Álvaro Dias também foi eleito Vereador. Depois, com a nossa base em Londrina, viemos aqui para a Assembleia como Deputados Estaduais. Depois, o povo nos mandou para Brasília, como Deputados Federais. O Álvaro gostou de Brasília e continua lá como Senador.

Mas, vejo como é importante o trabalho da Vereadora e do Vereador. É a primeira porta, o primeiro ombro amigo que a população tem. Muitas vezes o povo tem receio, fica acanhado de falar com o Prefeito. Até porque tem Prefeito que coloca uma perna-de-pau, não é nem salto alto, se elege e fecha a porta para o povo. O povo não consegue falar com o Prefeito. O Prefeito fica metido, acha que ele é o bom, que ele é o maior do mundo. Mas, a porta da casa do Vereador ou da Vereadora, ah, essa está sempre à disposição.

Sei de gente que bate às portas da Casa de um Vereador, às vezes de madrugada, como todo tipo de pedido. Teve um tempo que o Vereador era procurado por gente que não queria que o filho fosse servir o Exército. Eu fui uma vez procurado por um rapaz de Astorga, que tinha sido dispensado de servir o Exército, mas ele queria servir. É gente que procura o Vereador porque precisa internar alguém. É gente que alguém abusou da mocinha e a mãe - conheço casos - procurar um Vereador: "Será que o senhor não faz este rapaz casar com a minha filha, que agora perdeu a virgindade e está grávida?" É gente que precisa de emprego, de passagem, de remédio. E se o Vereador atende e dá o remédio, vai para a cadeia, perde o mandato. O Deputado Geraldo Cartário deu um bolo de aniversário para uma eleitora e perdeu o mandato nesta Casa, há poucos dias. Tivemos o caso do Deputado Carlos Simões, que também teve seu mandato cassado.

Então, o Vereador tem um papel muito importante. É o Vereador que, às vezes, serve de conselheiro, procurado para missões quase impossíveis. E por força do que diz a lei, nem sempre o Vereador tem o instrumento que ele precisa para poder atender à população.

Mas quero que Deus Abençoe a todos os Vereadores. Minha irmã é Vereadora, já é o 5º mandato, na Cidade de Marialva. Meu sobrinho, médico ortopedista, Marcelo Belinati, foi o Vereador mais votado na outra eleição. Nesta eleição ele foi novamente o Vereador mais votado em Londrina, com mais de 8 mil votos.

Conheço a missão que Deus colocou sobre os ombros dos Vereadores. E um apelo aos Prefeitos, para que deem um pouco de força, sim, para que os Vereadores possam ajudar a aliviar a carga, o sofrimento e as dificuldades que cada cidadão tem, no seu respectivo Município.

Sejam felizes os nossos Vereadores do Paraná!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidenta desta Sessão, Deputada Cida Borghetti, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Vereadores que nos honram com vossas presenças, já que hoje tivemos, no início da Sessão, uma homenagem - não uma homenagem - mas a própria UVEPAR, através do seu Presidente, de lançar o Código de Ética do Vereador aqui no Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Mas, o que me traz à tribuna hoje, é um assunto que abordamos por diversas vezes nesta Casa, e ainda no dia de ontem, que é a questão do meio ambiente, a questão que envolve hoje o Ministro do Meio Ambiente, o Carlos Minc, e toda a Bancada Ruralista. Vimos as declarações do próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que pediu calma aos seus Ministros para que ninguém se manifestasse em relação às declarações infelizes que o Ministro deu no último dia 27 de maio, até que ele retorne e converse primeiro com o Ministro do Meio Ambiente, o Sr. Carlos Minc. Esse foi o pedido do Presidente da República.

Então, sabemos e a imprensa toda tem noticiado qual é o comportamento desse Ministro em relação à Bancada Ruralista e o que ele pensa também com relação à reserva legal e essa mudança do Código Florestal Brasileiro. Disse o Ministro - para lembrar mais uma vez na Sessão de hoje - no último dia 27, que quem alterar o Código Florestal Brasileiro, e que os integrantes da FAEP que estariam filiados à Confederação Nacional da Agricultura do nosso País seriam picaretas, vigaristas e seriam também capetas. Ora, jamais vi uma autoridade, independente da sua hierarquia, seja municipal, estadual ou até nacional, usar o microfone, num trio elétrico, e fazer essas acusações contra a classe produtora do nosso Brasil. No mínimo, o Ministro do Meio Ambiente é uma pessoa que não entende de agricultura; no mínimo esse Ministro acha que a população pode se alimentar com folhas, acha que a população do mundo inteiro não precisa de alimento, ou não entende o que as pessoas que querem uma reforma do Código Florestal Brasileiro desejam efetivamente.

Todos os agricultores do Paraná, e acredito que do Brasil, estão conscientes da necessidade da preservação do meio ambiente. Agora, não é admissível e não é concebível

que não se procure adaptar uma legislação ambiental, que é de 1965, que prejudica o nosso agricultor, principalmente o pequeno e o miniagricultor, que não conseguem e não têm como sobreviver se têm que reflorestar 20% da sua propriedade, se têm que deixar mata ciliar, se têm que conservar as nascentes.

Ora, tem que existir o equilíbrio, tem que existir o bom senso! Não pode radicalizar nem para um lado e nem para o outro. Temos que encontrar o equilíbrio para que possamos nos adaptar.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Já disse desta tribuna e volto a dizer que o Brasil é o País que tem a maior floresta nativa do mundo; 30% da floresta nativa do mundo está no Brasil e o resto é responsável por 70%. E quando o Ministro disse que o agronegócio, quando as pessoas que lá estavam, as FAEPs e a CNA, eram picaretas e eram vigaristas, a própria Presidente da CNA, a Senadora Kátia Abreu, disse imediatamente que iria denunciar o Ministro no Conselho de Ética do Governo Federal, e hoje podemos dizer que na tarde de ontem a Presidente da CNA, conforme anunciou, protocolou duas ações contra o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, por crime de responsabilidade, sendo que uma foi entregue à Comissão de Ética Pública do Governo Federal e outra à Procuradoria Geral da República. E a Senadora Kátia Abreu, que é do nosso partido, o Democratas, que é o Presidente também da CNA, ela classificou de inaceitável a maneira como Minc referiu-se aos ruralistas brasileiros. A própria Kátia Abreu, e eu tive a oportunidade, junto com outros Deputados aqui da Casa, o próprio Deputado Elton Welter que é da Bancada do PT, o Deputado Douglas Fabrício, o Deputado Teruo, entre outros Parlamentares, estivemos em Brasília discutindo lá na sede da CNA a questão ambiental dos agricultores, e a Senadora sempre deixou muito claro: ninguém quer derrubar árvore; mas eu faço questão de ler ao menos um trecho do que está no site no dia de hoje na CNA, o que diz a Senadora Kátia Abreu: *Desmatamento, não; produção, sim. Proponho que o artigo 1º do Código Florestal seja explícito e taxativo. Não será permitida nenhuma derrubada florestal em todo território nacional, sendo garantida a preservação das matas ciliares, margens de rios, córregos, nascentes e lagoas, nos limites fixados por laudos geológicos contra os riscos de erosão e prejuízo aos aquíferos.*

Ela vai mais longe, e o próprio Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes também já tem feito menção sobre essa questão, mas tem números curiosos que eu gostaria de transmitir até na presença de alguns Vereadores na Sessão de hoje, como o Brasil hoje é visto como o grande responsável pela poluição da atmosfera. Vejam os números que temos aqui, diz a Kátia Abreu: *imagina-se que na velha Europa desapareceram 99,7% das florestas, apenas 0,3% das florestas nativas permanecem na*

Europa, o resto foi derrubado tudo; 92,2% da pobre África foi devastada, 94,4% da Ásia; 92,3 da América Central; e no caso brasileiro o desmatamento chega na casa dos 25, 30% das florestas, restando ainda aproximadamente 470 milhões de hectares de mata no nosso Brasil.

Como disse há pouco que o Brasil detém 30% de toda a mata nativa que existe no continente hoje, o que representa o agronegócio a esses agricultores que foram taxados de vigaristas pelo Ministro do Meio Ambiente? O que representa o agronegócio na economia brasileira Srs. Deputados? Duzentos e vinte e quatro por cento do PIB, além de abastecer o mercado interno. Gerar 36% das exportações totais, Deputado Antonio Belinati, R\$ 58,4 bilhões.

A agropecuária nacional não é uma aventura marginal, nem uma força reacionária no processo social brasileiro, tem um papel de vanguarda na economia. Por isso não podemos aceitar, de forma nenhuma, como Deputado e como brasileiro, as declarações do Ministro e daqueles que defende veemente a questão do meio ambiente.

Vamos para outro número importante, e quem defende é uma ONG que, na verdade, Srs. Deputados, tem a sede na Holanda, é a ONG Green Peace. A Holanda emite 20 toneladas de carbono por pessoa/ano; enquanto que o Brasil emite duas toneladas por pessoa/ano, e nunca ouvimos, e nem a CNA, conforme a própria Presidente e o próprio Presidente da FAEP do Paraná, Ágide Meneghetti, nunca se ouviu falar que essa ONG tenha levantado a sua voz lá na Holanda aonde tem a sua sede. Por que não condena a Holanda? Não, vem aqui no Brasil, dar as regras: “Olha, vocês agricultores são responsáveis pela poluição, vocês agricultores tem que pegar o pato”. Não é possível que venhamos aceitar isso calados.

A Senadora Kátia Abreu rebate o Ministro Carlos Minc em diversas afirmações e diz o seguinte: “Esses vigaristas dão um terço do empregos do Brasil: esses vigaristas são responsáveis por um terço das exportações brasileiras; esses vigaristas fazem o setor que mantém a balança comercial do Brasil com um superávit de US\$ 26 bilhões”.

O que queremos? Queremos que haja, sim, o controle, haja preservação do meio ambiente. Ninguém quer derrubar mata. O que queremos é proteger a atividade econômica do nosso agricultor. Existem as áreas consolidadas. Quantos agricultores compraram suas propriedades e não desmataram uma árvore sequer? E hoje eles são responsáveis por repor 20% na sua propriedade, quando, na verdade, a preservação é da comunidade como um todo.

Quem polui mais: o homem do campo ou os grandes centros? Os grandes centros. Não passa um dia que não se fale na televisão do rio Tietê. Ele é poluído na agricultura, no campo ou na Cidade? O rio Iguaçu, que corta o Paraná de Leste a Oeste, nasce poluído e recebe os afluentes mais poluídos ainda, o rio Belém e o rio Barigui. Agora, os agricultores são os únicos responsáveis, os únicos penalizados de preservar o meio ambiente.

Isso é da sociedade, tem que existir uma compensação, como existe lá na Europa.

Concedo um aparte ao Deputado Stephanes Júnior.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento que, como sempre reflete aquilo que também penso.

A sociedade brasileira quer e precisa preservar o meio ambiente, ampliar as áreas verdes, a fauna silvestre, pássaros, sou um ambientalista.

Agora, está tudo errado o que fizeram com o Estado do Paraná na região de União da Vitória. As pessoas que mais preservaram, na história do Paraná, 65% da mata preservada no Estado do Paraná é daquela região, do Sul do Paraná. Ao invés de receberem uma homenagem por isso, foram penalizados e presos. Foi uma atitude absurda, que espero que seja revista. Hoje escutei várias rádios tratando as pessoas como bandidos. Na realidade, muitos cometeram atos errados, mas a maioria é de empresários que preservava, e hoje estão sendo penalizados por terem preservado.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço seu aparte. E cada vez que nos manifestamos nesta Casa, V. Exa., com muita propriedade, embora tenha seu domicílio eleitoral aqui em Curitiba, conhece a realidade da nossa agricultura. E V. Exa. conhece a realidade da questão do meio ambiente, disse com muito conhecimento também a questão da necessidade de preservar o meio ambiente.

Aquilo que aconteceu ontem na Região Sul do Estado do Paraná é inadmissível! Não é concebível! Se houve algum crime ambiental que seja, efetivamente, mostrando quem são os bandidos, quem são aquelas pessoas que agem fora da lei.

Hoje liguei para o Deputado Luciano Pizzatto. Sei que a família dele tem uma madeireira, tem reflorestamento. Eu perguntei: o que aconteceu com a vossa empresa? Ele me disse o seguinte: “A nossa empresa está fechada, há dois anos”. Há dois anos está fechada a empresa do Pizzatto, foram lá e lacraram. Lacraram o quê? Como disse o Deputado Rossoni, ontem, aqui na Casa, muitas empresas foram fechadas, lacradas. Fábrica de papel foi lacrada por 15 dias. Deputado Nereu Moura, Professor Lemos, Srs. Deputados, fecham uma fábrica de papel com 15 dias para fazer sua defesa! O que é que vai fazer com os empregados? Quem é que vai pagar as despesas? O Brasil precisa de geração de empregos!

Posso até conhecer, não sei, esse José Álvaro Carneiro, que é o Superintendente do IBAMA no Estado do Paraná. Olha, quero dizer uma coisa aos Srs. Deputados, deixar registrado aqui: não concordamos e não admitimos que vão desmatar, mas a preservação do meio ambiente na Região Sul sempre existiu. Agora, essa frase dita pelo Superintendente serve para todos nós. Olhem o que disse o Superintendente, a frase que está, hoje, no jornal

Gazeta do Povo: “Verificamos que Deputados Estaduais, Deputados Federais, Prefeitos, ao invés de defenderem os interesses da população, formam uma quadrilha com dinheiro público!”

Acredito e peço, porque não está presente o Deputado Pedro Ivo, que é do Sul do Brasil, essa declaração é muito séria, acho que o Superintendente do IBAMA, para fazer essa declaração, tem que dizer quem são as pessoas. Não é possível que o Superintendente vá para a imprensa e acuse todos os Deputados, porque aqui não fala nomes! Ele diz: “Deputados Estaduais, Federais e Prefeitos, ao invés de defenderem os interesses da população, formam uma quadrilha com o dinheiro público!” Diga quem são os quadrilheiros, diga o nome e não queira jogar todo mundo na mesma vala! Não é admissível, não é concebível que isso se registre!

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigado Deputado.

Só quero aqui ratificar a colocação feita pelo nobre Deputado Péricles de Mello, ontem, quando colocou ou sugeriu que chamássemos o Superintendente do IBAMA, o Sr. José Álvaro, para que viesse à Assembleia, para que se estabelecesse o contraditório. Não é possível, acho que é o terceiro pronunciamento colocando situações, sem que possamos ouvir a Superintendência do IBAMA.

O Sr. José Álvaro, hoje, participou da TV SINAL. Ele sempre está pronto. Todas as vezes que foi solicitado e convidado para vir às comissões desta Casa esteve aqui. É um senhor de muita responsabilidade, com uma história de trabalho com relação ao meio ambiente. Acho que temos que ouvi-lo, Deputado. Até para estabelecer o contraditório, até para fazer um juízo de valor, sem medo de cometer injustiças para um lado ou para o outro.

Muito obrigada.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputada Rosane.

Acho que nada mais justo que a vinda do Superintendente à Assembleia. Aliás, ontem, também foi aprovado lá no Plenário do Congresso Nacional, um requerimento do Deputado Luciano Pizzatto, convocando o Ministro do Meio Ambiente e também o Delegado Geral da Polícia Federal, para que cheguem lá no congresso, na Comissão de Meio Ambiente, para declarar, lá em Brasília, aquilo que está acontecendo no Brasil, e principalmente aquilo que se registrou, no dia de ontem, aqui no Estado do Paraná.

Se ele vier à Assembleia será muito bem-vindo. É importante. Vamos trazer os empresários, também, para que possamos, efetivamente, fazer o contraponto dessas declarações.

Concedo um aparte ao Deputado Felipe Lucas.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS)

Obrigado, Deputado Elio Rusch.

Ontem já conversamos e realmente é uma preocupação muito grande, já disse no dia de ontem. Na Região Centro Sul, as pessoas, Deputado Elio Rusch e todos os Deputados, e principalmente Deputadas, se estabeleceram há mais de 100 anos. A minha família mesmo se estabeleceu há mais de 100 anos. E é muito triste o que tem acontecido na nossa região, ninguém de nós ganhou o terreno, nós compramos o terreno, as famílias compraram os seus terrenos. Então, hoje é uma coisa desagradável quando as pessoas não têm nada, praticamente, de trabalho na região e vêm colocar ordens.

Vejam bem, se há uma preservação desse tamanho e dessa natureza, eu já disse que acho que eles estão no lugar errado, talvez procurassem outras regiões do Estado do Paraná ou do Brasil para ver onde há o desmatamento em excesso. Portanto, há uma preocupação, eu sei.

Entendo a preocupação da Deputada Rosane, porque ela tem uma ligação também bastante grande com o meio ambiente, respeito o Superintendente do IBAMA, mas me parece que houve um exagero, principalmente da área da Polícia Federal e de alguns outros órgãos, porque acho que para se prender uma pessoa, ela tem que ser condenada ou, pelo menos, se não condenada, que ela tenha o direito de se defender. E a maneira como esta se chegando hoje é muito preocupante.

Então, acho que temos que nos defender, não sei até de que maneira temos que nos defender na Região Centro Sul. Acho que voltando com a agressão não é o caminho, mas acho que deveríamos conversar com todos os agricultores, se são pequenos, se são médios. E aquela região preponderam os pequenos agricultores. É uma coisa triste, mas acho que precisamos, acredito, que da sua defesa em torno dos agricultores. Coloca-se como uma necessidade geral.

Agradeço a possibilidade de participar com um aparte e na sua declaração.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado Felipe Lucas.

Encerro o meu pronunciamento dizendo o seguinte: nada melhor do que estabelecer a verdade. Agora, é a mesma coisa que o Deputado Luciano Pizzatto disse para mim hoje: o que queremos é que, efetivamente, sejam esclarecidos esses fatos. E o Deputado Luciano Pizzatto, que teve a sua empresa fechada há dois anos, foi o autor do requerimento que foi aprovado ontem, por unanimidade, no plenário da Câmara Federal, convidando, convocando essas autoridades do meio ambiente e também da Polícia Federal para prestarem esclarecimentos no Congresso Nacional, na Comissão do Meio Ambiente. E a mesma coisa podíamos fazer aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: trazer o Superintendente do IBAMA para cá para ver qual é o embasamento, porque sabemos que essa fiscalização já existe há muito tempo, e principalmente nessa frase que

ele usa, acho que muito infeliz quando ele não fala o nome, na verdade todos estão nivelados, todos os Prefeitos do Estado do Paraná, todos os Deputados Federais e todos os Deputados Estaduais, enquanto não se fala o nome das pessoas. Isso não dá para aceitar e esse é o meu protesto.

Por essa razão eu vim à tribuna fazer essas considerações no dia de ontem, em defesa, sim, do meio ambiente, mas defendendo, acima de tudo, a produção e o agronegócio do nosso País e da nossa agricultura.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Esta Casa registra e agradece a presença do Prefeito de Cafelândia, bem como de sua comitiva de Vereadores. Sejam bem-vindos à Casa do Povo do Paraná, em nome do Deputado Nereu Moura.

Ainda no horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Deputada Cida Borghetti, neste ato no exercício da Presidência desta Casa; Deputado Pastor Edson Praczyk, como 1º Secretário; Deputada Rosane, 2º Secretária, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos da imprensa, amigos visitantes, Vereadores, Prefeitos, lideranças do nosso Estado do Paraná, é uma alegria tê-los aqui nesta Casa de leis em mais uma oportunidade, neste momento numa ação de bastante destaque, bastante relevância, que foi justamente aqui abordada pelo nosso Presidente da União Nacional dos Vereadores.

Esteve aqui também o nosso Vice-Governador, Orlando Pessuti, numa data em que pode expressar em rápidas palavras o que significou o trabalho e finalmente destacar aqui a conquista do Estado do Paraná e da Cidade de Curitiba com relação à nomeação, a oficialização da nossa Capital como uma das subsedes do Brasil no nível de participação da Copa de 2014.

E o Pessuti destacava aqui um pouco do seu trabalho e quero cumprimentá-lo, muito embora não mais esteja aqui, porque certamente nenhuma conquista deste porte se faz sozinho, nenhuma ação política se desenvolve de forma isolada, mas é necessário que se tenha alguém no comando, e tínhamos dúvida, em determinado momento, se essa conquista seria possível para a nossa Capital, para o nosso Estado, porque divergências políticas se faziam prevalecer à frente dos interesses do nosso Estado.

Disputinhas políticas, diferenças entre a Federação e a CBF, e se não houvesse a participação do Pessuti, assumindo a comissão dessa organização, a comissão de organização da Copa do Mundo, assumindo o comando desse processo, esses desentendimentos não seriam minimizados e não poderíamos, neste momento, estar comemorando como estamos, a conquista da nossa Cidade de Curitiba como uma das subsedes da Copa do Mundo.

Então, ao nosso Vice-Governador Orlando Pessuti o nosso reconhecimento e o nosso agradecimento, em nome do Estado do Paraná e da nossa Região.

Ele falava aqui sobre a possibilidade do aumento do turismo. Na noite de ontem, madrugada de hoje, Vereador Ronaldão, tivemos ali Cidades da nossa região, Guarapuava, o Distrito de Entre Rios, 5,4 graus abaixo de zero. Segundo os termômetros, foi a região mais fria nesta noite, que foi a mais fria do ano até agora. Infelizmente não temos um medidor de temperatura em Inácio Martins, que no meu ponto de vista, certamente deve ter medido abaixo ainda dessa temperatura, porque lá estamos na Cidade mais alta do Estado do Paraná, em meio a reflorestamentos intermináveis, porque a terra lá é extremamente ácida, e você que é de lá originalmente sabe bem disso, não podemos desenvolver outras atividades, com pouca exceção, do que a do reflorestamento.

E em função dessa umidade, em função da altura dessa Cidade, tenho certeza que ela sempre estaria entre uma das mais frias, e já pensamos em desenvolver atividades turísticas, aproveitando justamente essa baixa temperatura.

Mas em Guarapuava, Inácio Martins, Irati, nessa Região Central do Estado do Paraná, pode se aproveitar este potencial turístico, como temos inúmeras quedas na região de Prudentópolis e outros Municípios vizinhos, como temos belezas naturais em diversas outras regiões do Estado do Paraná, certamente o turismo naturais em diversas outras regiões do Estado do Paraná, certamente o turismo poderá ser muito bem explorado na nossa região, na Região Central, Centro-Sul, na região do Vale do Iváí...

(Ininteligível)...

...e em todo o Estado do Paraná.

Ouvimos aqui o nosso Pessuti, destacando Paranguá, Foz do Iguaçu e a Capital como pontos já definidos para se trabalhar o turismo, mas tenho certeza que as outras regiões, uma vez organizadas e uma vez preparadas, poderão aproveitar muito bem também esse fluxo de turismo que será canalizado para o Estado do Paraná em função desta conquista.

E eu quero por isso, não só parabenizar o Pessuti, mas já alertar a nossa região, aos Prefeitos que tenho o privilégio de representar nesta Casa e aqueles que tenho amizade, mas neste momento não posso representá-los oficialmente, outro Parlamentar, o faz, que se preparem, se organizem se somem ao nível de entidades, de associações de Municípios, para que possamos aproveitar justamente essa situação.

Deputada Cida, quero destacar a nossa participação na UNALE, no congresso que aconteceu na semana passada. A UNALE, como disse o nosso Vice-Governador, é a União Nacional dos Legislativos Estaduais. A entidade que nos representa em nível nacional. Participamos lá de um congresso onde debatemos a Saúde Pública, onde muitas

informações e muitas discussões se travaram com relação ao tema. E a Deputada Rosane, que é uma enfermeira, tem formação nessa área, lá pôde justamente aprimorar os seus conhecimentos e também questionar alguns posicionamentos que lá foram colocados.

Naquela oportunidade, foi discutida também a questão do pré-sal que V. Exa., Deputada Rosane, destacou ontem nesta tribuna, a importância dessa conquista. E eu não tinha ideia do que significava o pré-sal. São 10 vezes mais o PIB nacional. O que pode ser o significado da boa extração e exploração desta questão que tanto se tem ouvido, mas pouco se tem estudado e compreendido. É justamente por isso que alguns defendem a criação de uma empresa independente para a exploração desse produto, haja vista que a PETROBRAS, hoje, encontra as suas ações nas bolsas de Nova Iorque e do mundo e 70% dessas ações já pertencem a estrangeiros, ou seja, teríamos aqui a exploração de um produto maravilhoso, de um PIB de 10 vezes o PIB nacional sendo dado de presente para pessoas do mundo inteiro.

E lá se discutiu também a coincidência de mandatos, a fim de que possamos evitar, de uma vez por todas, eleições de dois em dois anos, a proibição de convênios antes da eleição, depois da eleição.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Fruto de uma colocação do Deputado Alencar, de Minas Gerais. Está fazendo um abaixo-assinado no Estado de Minas, já coletou milhares de assinaturas. Levantaram números, como o custo de uma eleição pela Justiça Eleitoral, a questão das urnas, todos que trabalham de forma gratuita, entre aspas, porque tem o traslado, a alimentação. Os programas eleitorais televisivos, os programas gratuitos que têm um custo na isenção tributária. A eleição custa muito para o Estado Brasileiro, e justamente por isso que se levanta um trabalho no sentido da coincidência de mandato. Não se está aqui colocando a prorrogação desse mandato ou uma eleição para seis anos, ou quando isso vai acontecer.

O que se pretende, ou se pretendeu lá na UNALE, foi debater o assunto da coincidência dos mandatos, a fim de que a nossa Nação possa se desenvolver na plenitude, a fim de que exista um sintonia no início do mandato de um Governador, no início do mandato de um Presidente, Vereador. Onde se possa fazer uma campanha e assumir compromissos juntos e se possa trabalhar no sentido de honrar esses compromissos dentro de uma plataforma de Governo, dentro de um projeto que tenha sido colocado à disposição da população que hoje, infelizmente, não pode acontecer, porque a nossa campanha é feita num ano e a dos Vereadores e Prefeitos, dois anos depois.

Essa sintonia não existe, porque a legislação não permite que assim ocorra, três meses antes da eleição de

Governo e Deputados, três meses depois não se assina convênios, três meses antes da eleição de Vereador e Prefeito, três meses depois. Só aí os Estados e Municípios perderam um ano. Agora, quando o Prefeito assume, ele tem que botar ordem na casa. São mais seis meses para dominar os assuntos referentes a sua administração. Quando o Governador assume, ele leva seis meses para assinar as finanças do Estado, para colocar em prática os seus projetos, para fazer as alterações orçamentárias. Orçamento esse que foi feito pelo Governo anterior, antes de sair, porque assim diz a nossa legislação.

Então, o prejuízo é muito grande. As ações ficam paralisadas. O custo é muito alto. Por isso se levanta justamente o debate da coincidência dos mandatos. Independente de prorrogação, de quando isso vai acontecer, mas é importante que esse assunto seja debatido. Os veículos de comunicação, quando se diz em propaganda eleitoral gratuita, eles recebem o custo disso em isenções tributárias e isenções fiscais. É evidente que isso também lhes é interessante. Mas o que tem que ser analisado neste momento, de forma essencial, é o que interessa para os outros Municípios, para o nosso Estado do Paraná, para a nossa Nação. Não se está fazendo aqui o juízo de valor.

Mas quem sabe, a partir daquela provocação que foi realizada nesse debate que participamos na semana passada, seja o momento também de discutirmos esse tipo de ação, e quem sabe de consultarmos a sociedade paranaense. Quem sabe de colocarmos na rua XV de Novembro, uma barraca perguntando à população, utilizarmos os veículos de comunicação, que muitos são parceiros de Deputados, consultando a população se acham interessante a eleição a cada dois anos. Se acham, interessante um custo de R\$ 10 bilhões por eleição. Você acha que isso é um custo insignificante? Você acha que esse valor não poderia ser direcionado de forma mais adequada? Será que por detrás de tudo isso não existem outros interesses? Será que a população bem informada, Deputado Waldyr Pugliesi, gostaria que esse método eleitoral continuasse a cada dois anos? Ou será que as unificações dos mandatos, as unificações das eleições seriam uma proposta bem acolhida pela nossa sociedade?

Esse foi também um tema discutido dentro do nosso congresso, que tivemos a participação, como já disse, da Deputada Rosane, dos Deputados Strapasson, Jonas, Ademir Bier, Francisco Bühner, Romanelli, Alexandre Curi, quando da passagem do Governador, que foi um dos palestrantes.

Aliás, com destacada participação. Os Deputados de todos os Estados aplaudiram e fizeram questão de cumprimentar o Governador, em função do seu posicionamento, da sua visão crítica, da sua visão econômica e da interferência dessa crise na Saúde Pública, apresentando alguns dos programas de Governo que existem no Estado do Paraná e desenvolvendo pensamentos em cima de outras ações que se pretende realizar em nível de política estadual.

Tenho certeza que valeu a pena, que ganhamos muito em conhecimento, que ganhamos muito em relacionamento e que temos certamente mais condição de debater e de buscar desenvolver boas ações e bons trabalhos na apresentação das regiões que nos escolheram como seus representantes, do nosso Estado do Paraná, como um todo.

Agradeço a confiança não só dos nossos companheiros que lá estiveram junto conosco, mas todos os Deputados Estaduais a nível nacional, que nos honraram mais uma vez, nos reconduzindo na chapa diretora da nossa entidade. Dessa vez deixando a 1ª Secretaria, cargo que ocupávamos, passando a ser, a partir de agora, um dos Vices-Presidentes da chapa, almejando - como disse o nosso Vice-Governador - em breve, quem sabe, representar a nossa Casa e a nossa entidade a nível nacional.

Temos neste momento que agradecer os Deputados pela confiança e pelo apoio, e esperamos que a nossa entidade possa estar cada vez mais fortalecido, no sentido de resgatar a capacidade legiferante dos nossos Deputados, que possamos ter mais condição de ação, ter mais autonomia no desenvolvimento dos nossos projetos, que possamos representar, com muito mais força e com muito mais objetividade, as nossas regiões.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Apenas para parabenizar todas as Assembleias Legislativas, porque não foi V. Exa. que ganhou; acho que ganharam Parlamentos Estaduais, pela competência, pela dignidade, pelo homem de fé que é V. Exa. um temente a Deus. Creio que a ascensão de V. Exa. neste caso, na minha opinião, é apenas uma preparação para que oportunamente venha a ser o Presidente.

Quero parabenizar a todos os Deputados Estaduais, porque conheço o trabalho de garra, de fibra e com que honradez V. Exa. representa aqui Guarapuava, servindo também a todos os paranaenses que dependem da atuação parlamentar dessa figura extraordinária, humana e cristã.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Obrigado, Deputado. É importante destacar Cezar Halum, Presidente que deixou o cargo, Deputado do Tocantins, e foi eleito desta feita para ser Presidente da UNALE o Deputado Clóvis Ferraz, do Estado da Bahia. Certamente duas pessoas que têm contribuído, um já terminando o seu mandato e o outro no início.

Falando em Guarapuava e região, não posso deixar de destacar que amanhã estaremos em Guarapuava às 15h, juntamente com o Governador Requião, com o Secretário da Fazenda, Heron Arzua; Secretário de Obras, Julio; e com diversas outras lideranças representantes do nosso Estado do Paraná, inaugurando a nova Delegacia da Receita Estadual naquele Município.

Um projeto de construção de mais de 2 mil e 600 m2. Uma obra que se somarmos a construção física do prédio e a aquisição do terreno, chegamos ao investimento de

quase R\$ 2 milhões. Essa obra estará sendo entregue à população de Guarapuava e a 51 outros Municípios da Região Central, da Região Sudoeste, da Região Centro-Sul, que serão atendidas também por essa nova delegacia, por essa nova agência de rendas.

Quero agradecer as palavras aqui manifestadas e ao Governador, por podermos presentear a nossa Cidade de Guarapuava e outros 51 Municípios com mais esse presente, com mais essa obra de mais de R\$ 2 milhões, entregues amanhã à população de Guarapuava e da nossa região.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

No horário das Lideranças, PT, com a palavra Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Solicitamos o Horário das Lideranças, porque queria fazer esse debate que iniciamos ontem com o Líder do Governo, a respeito dessa transferência de delegação da Polícia Rodoviária Estadual para a Polícia Rodoviária Federal e tentarmos entender aqui algumas coisas, em função de uma série de questionamentos que foram feitos pelo Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch.

Acho que é preciso esclarecer algumas coisas que V. Exa. colocou aqui, para que nós todos tenhamos esclarecimentos, alguns questionamentos que V. Exa. fez. Primeiro separar, porque V. Exa. colocou dois temas: um referente ao agronegócio, e algumas declarações da Senadora Kátia Abreu, que é Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que aliás estava no programa do Sanderberg, da CBN, ao meio-dia, colocando uma série de pontos que acho que vale a pena debatermos, até mesmo porque alguns são absolutamente inconsistentes. Como dizer, por exemplo, que não há desmatamento na Amazônia e que não é irregular o desmatamento? E mais, que o desmatamento que está sendo feito é problema do Governo Federal, porque está sendo feito em áreas da União, em áreas do INCRA, em áreas devolutas?

Este debate precisa ser aprofundado, porque depois do desmatamento, essa terra não fica. Eu morei no Acre dois anos e não conheço nenhuma área no Acre que tenha sido devastada, desmatada e depois tenha sido abandonada. Não. Depois vem, sim, o gado, a agricultura. Mas, este é um debate para fazermos na segunda-feira.

Outro ponto que o senhor colocou é sobre a operação feita pela Receita Federal, Polícia Federal, a Receita está junto, vou lhe mostrar aqui, o IBAMA, a Força Verde, porque esta operação feita aqui no Sul do Paraná não foi uma operação feita por vontade, simplesmente, do Ministro Minc, que aliás ontem foi colocado aqui que

passeia em Ipanema, quando as coisas estão acontecendo aqui, e não trabalha. Imagina se ele trabalhasse! Porque com esta colocação está havendo todo este celeuma, imagino se ele fizesse, de fato, as 18 horas que às vezes achamos que ele deveria fazer. E não é este o problema. O problema é que temos uma série de ações irregulares, que já estavam sendo cometidas e que foram agora tomadas iniciativas, nas últimas semanas, medidas necessárias.

Veja o senhor, as áreas que foram objeto desta operação, na Região Sul, primeiro, esta operação foi anunciada em março, portanto não é surpresa para ninguém. Foi aprovada em novembro de 2008, numa reunião do IBAMA. E foi anunciada, inclusive a Polícia Federal já estava nessa região há mais de 40, 50 dias. Em março foi anunciado.

Segundo as empresas que foram autuadas, todas as empresas autuadas anteriormente já haviam sido autuadas, praticamente todas elas, inclusive por problemas fiscais, V. Exa. também sabe disso, este processo levado pela Polícia Federal, o Ministério Público Federal fez a solicitação e a ordem de fechamento dessas empresas foi determinada pelo Tribunal Regional Federal, da 4ª Região Federal, pelo Desembargador Amauri Ataíde, que chamou duas vezes a Polícia Federal para explicar do que se tratava essa ação, chamou o Ministério Público Federal e, com as informações do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, determinou que essas empresas tivessem a suspensão das suas atividades, por 15 dias, para que o IBAMA, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Força Verde e a Receita Federal pudessem cruzar as informações.

Talvez o senhor não saiba, e eu acredito que estas informações, por se tratar de uma grande quantidade de informações, não é V. Exa. obrigado a saber, mas veja o senhor que antes de se tomar esta decisão, foram ouvidos todos os órgãos envolvidos. Mas ainda: as empresas que estão sendo fechadas, todas elas são suspeitas de sonegação fiscal. E por ordem da Receita Federal estão sendo investigadas e fechadas.

Mas ainda: as áreas - e V. Exa. conhece, não é sua região, mas V. Exa. conhece - as áreas de Pinhão, estive lá há duas semanas, há áreas em Pinhão que estão sendo derubadas, imbuia e pinheiros centenários, diariamente. Estão sendo tiradas de lá. E que não são de reflorestamento. Não há pinheiro araucária sendo reflorestado, com 200 anos. Há 200 anos não se fazia reflorestamento, nós sabemos disto. Mais ainda: a apreensão equivale, hoje, a 80 caminhões de madeira. Não é apenas este o problema.

O senhor sabe que tivemos também uma das empresas fechadas, é uma gráfica de União da Vitória que imprimia notas fiscais. E essas notas fiscais eram preenchidas como se fosse um carregamento de pinus, que é 25 vezes mais barata do que o outro tipo de madeira que era, de fato, levada. E essa gráfica foi fechada também porque fazia notas fiscais irregulares. Do Prefeito da Cidade de General Carneiro - e foi justamente por isso que houve a sua detenção - 85% do estoque de madeira que estava na sua serralheria é irregular.

Nós sabemos que há uma série de situações que muitas vezes são levantadas, mas que as coisas não acontecem por acaso. A maioria dos carregamentos que estão saindo dessas regiões têm nota fiscal de pinus. Como é que podemos concordar que uma empresa tenha nota fiscal de pinus e leve imbuia?

Reflorestamento de pinus e araucária na região, a Polícia Federal está investigando, porque o reflorestamento existe para as madeiras e serralheiras, mas o abate dessas árvores não está sendo feito na sua área, mas está sendo feito em área de madeira nativa. E pior ainda, porque é retirada a copa dos pinheiros, ela é picada e o toco do pinheiro é coberto com terra, para enganar a fiscalização. Isso já está comprovando, inclusive pela Polícia Federal. Nas principais propriedades onde isso ocorreu já há laudos técnicos, feitos por engenheiros florestais da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, que eram cobertas essas áreas, e obviamente que isso não poderia ficar desse jeito.

Uma situação que é importante que ressaltamos é que essa não é uma operação pontual. A proposta é que essa seja uma operação permanente, que tenhamos essa operação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, da Força Verde, do Ministério Público Estadual, da Receita Federal e do IBAMA, permanentemente naquela região.

Concedo um aparte ao Deputado Péricles de Mello.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Obrigado, Deputado Tadeu.

Acho muito importante o seu pronunciamento, sendo que tomei como referência esse tema ontem. Não podemos aceitar que se use de subterfúgios para impedir o combate ao desmatamento. Tenho muito medo disso, de que algum eventual erro que tenha acontecido na operação, alguma exacerbação de ânimo possa ser usada para impedir a fiscalização e o combate ao desmatamento. Então, essa é a preocupação que tenho.

Acho que deveríamos levar até as últimas consequências esse combate, já que é uma questão que aflige o Brasil todo, uma questão de importância para a humanidade e para o nosso País. Na minha opinião, defender a Região Sul do Paraná é defendê-la contra o desmatamento. Além de todos os apoios que damos à região, vamos continuar dando, sendo que o Ministro da Cultura esteve lá, o patrimônio cultural, histórico, os faxinais, a agricultura familiar, mas não podemos aceitar qualquer subterfúgio nessa luta.

Por isso, estou apresentando requerimento à Mesa para que compareça nesta Casa o Superintendente do IBAMA no Paraná, o José Álvaro Carneiro, que ele venha debater e mostrar o que realmente está acontecendo na Região Sul, os crimes graves que acontecem lá, quem está envolvido. E também vamos pedir ao representante da Polícia Federal, que comanda essa operação, para que venha aqui. Temos que centralizar o debate, o que é importante, e não usar subterfúgios.

Parabéns ao senhor pelo pronunciamento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Péricles.

Concedo um aparte ao Deputado Stephanes.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Na realidade, a operação tem muitos defeitos. Mas, muito mais do que o Paraná, que tem como única área preservada de mata nativa, retirando o Litoral, essa região, o Carlos Minc, o Ministério do Meio Ambiente e a Polícia Federal, deveriam agir na região da Amazônia. Ali estão acabando! No Pará, Tocantins, ali seria muito mais importante a atitude do que onde se preservou no Paraná.

Mas, de qualquer maneira, muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Stephanes. Respeito a sua opinião, mas descordo totalmente dela. Não é porque a Amazônia ainda não foi totalmente devastada que temos que deixar que devastem aqui. Ao contrário, nós temos, sim, que preservar o 1% que ainda temos de mata preservável no Estado do Paraná, e com isso preservar a mata que temos na Amazônia, sim - o que está sendo feito - mas não podemos, sob desculpa de preservar a Amazônia, deixarmos que aconteça no Sul do Paraná o que já aconteceu no Noroeste, o que aconteceu no Norte do Paraná, o que aconteceu na Região Central. Quem conhece a história do Paraná, e V. Exa. conhece, a história de Santa Catarina, do Sul do Brasil, sabe que essa foi uma das áreas mais violentamente devastadas em todo o Brasil, com uma rapidez impressionante. E não podemos, como falou aqui o Deputado Péricles, não podemos, Sra. Presidente, usando qualquer tipo de subterfúgio, inclusive dizendo que é preciso que protejamos outras áreas e deixemos estas, esquecendo que ao não protegermos esta nós também não poderemos proteger as outras, acho que devemos fazer as duas coisas simultaneamente, proteger a Amazônia, proteger o bioma do cerrado, e proteger, sim, a araucária, porque se não fizemos isso, não haverá absolutamente mais nada para proteger.

Quero aqui, Sra. Presidente, prestar a nossa total solidariedade e apoio ao Superintendente do IBAMA, à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, e também hipotecar a nossa solidariedade e apoio, irrestrita compreensão do que está acontecendo com o Ministro Minc. Acho que são ações corajosas, necessárias e que vão fazer com que tenhamos um futuro minimamente preservado, porque caso contrário o Paraná será um grande campo que servirá apenas para poucas pessoas.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Liderança do PSDB

(Declina)

Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERALDIN

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti; Sra. Rosane, 2ª Secretária; Pastor Edson Praczyk, ocupa a 1ª Secretaria, Sras. e Srs. Deputados.

Esta é a semana que se fala muito em meio ambiente, e não poderia ser diferente, porque estamos vivendo a Semana do Meio Ambiente no mundo inteiro. E falar do meio ambiente é falar da vida, é falar do ar que respiramos, da água que bebemos e naturalmente da qualidade de vida da humanidade da Terra do presente e das gerações futuras.

Mas hoje vou aproveitar essa oportunidade para colocar assuntos da Lei do ICMS Ecológico, que há 17 anos idealizei, e como pioneiro no Brasil foi copiado por 14 Estados brasileiros, e segundo o IBGE é a lei que mais investe em meio ambiente neste País.

Então, a Assembleia Legislativa, o conjunto da Casa, em 1991 aprovou essa lei, que visa, na prática, repassar recursos como uma compensação financeira aos Municípios que têm áreas de preservação ambiental, áreas criadas por lei federal, lei estadual, ou leis municipais. Muito bem, esses Municípios ecológicos que o Paraná possuía em 1992, quando a lei começou a vigorar, eram 52 Municípios; hoje são 240 Municípios. Seiscentas áreas verdes foram criadas na busca desses recursos.

Eu me lembro bem da preocupação da época, era com os nossos mananciais que abastecem Curitiba e a Região Metropolitana. Veja, se talvez não tivéssemos essa Lei do ICMS Ecológico, de repente poderíamos estar captando água lá do rio Capivari, naturalmente custando mais caro para a população que consome a água. Se tivéssemos feito essa lei repassando, por exemplo, em torno de R\$ 200 milhões ao Município de Piraquara, no curso desse tempo, que recebe em torno de 30, R\$ 40 mil por dia como compensação financeira, que pode investir esse dinheiro na Saúde, na Educação, na coleta de lixo, na construção de creche, enfim, levando uma compensação a esses Municípios que têm a responsabilidade de cuidar do nosso meio ambiente.

Vou citar aqui alguns valores, de alguns Municípios, para ilustrar esse nosso pronunciamento. Então vejamos, o Município de Adrianópolis, no ano passado, 2008, recebeu nas suas contas R\$ 1 milhão e 400 mil para preservar o meio ambiente e ter essa compensação. Almirante Tamandaré, R\$ 1 milhão e 300 mil, no ano passado. Município de Vila Alta, dos R\$ 3 milhões e 500 mil que recebe de ICMS, R\$ 2 milhões e 300 mil são oriundos da Lei do ICMS Ecológico. A grande indagação que faço é: será que os Vereadores, a população local, os estudantes estão sabendo que esses recursos vão para o Município? Será que Porto Rico sabe que recebe um dinheiro expressivo e estão compartilhando isso com a comunidade? Será que estão investindo naquilo que favorece a população mais carente? Será que não poderiam destinar parte

desses recursos para repassar aos agricultores, para que preservem as cabeceiras dos rios, as nossas nascentes, com plantio de mata ciliar?

Vamos em frente: Altônia recebeu R\$ 1 milhão e 510 mil em 2008; Antonina recebeu R\$ 1 milhão e 815 mil em 2008; Arapongas recebeu R\$ 2 milhões em 2008; Cambé recebeu R\$ 3 milhões em 2008; Campina Grande do Sul recebeu R\$ 6 milhões de ICMS, dos quais 1,5 é do ICMS Ecológico; Campo Largo recebeu R\$ 2 milhões e 42 mil; Campo Magro, dos R\$ 6 milhões e 800 mil que recebeu em 2008, do total do ICMS, pasmem, 4 milhões e 200 são do ICMS Ecológico. Imaginem Campo Magro sem o ICMS Ecológico! É uma renda extraordinária que cai na conta desses Municípios ecológicos, proporcionando um equilíbrio, compatibilizando o crescimento econômico com a preservação ambiental.

Vou em frente, Carambeí recebeu R\$ 2 milhões e 800 mil em 2008; Castro, R\$ 2 milhões e 844 mil; Céu Azul, R\$ 2 milhões e 600 mil; Colombo recebeu R\$ 2 milhões e 300 mil em 2008. Será que a população está sabendo de tudo isso? Será que os Vereadores sabem? Como Deputados Estaduais, como Poder Legislativo, não poderíamos carimbar esses recursos para que pudessem ser usados nisso ou naquilo, porque está garantindo na Constituição a autonomia municipal? Agora, podem os Vereadores, o Prefeito, destinar como bem entender esses recursos.

Fernandes Pinheiro recebeu R\$ 1 milhão e 400 mil; Foz do Iguaçu, R\$ 1 milhão e 559 mil; Guaraqueçaba, no total, recebeu, no ano passado, R\$ 4 milhões e 300 mil de ICMS, dos quais R\$ 3 milhões e 5 mil reais são do ICMS Ecológico. Olhem a importância que tem para o Litoral do Paraná, para o Vale da Ribeira e Região Metropolitana o ICMS Ecológico.

Mariópolis recebeu R\$ 1 milhão 241 mil, mais de 50% do que recebe o Município; Matelândia, R\$ 1 milhão e 910 mil; Morretes, R\$ 1 milhão e 182 mil; Paranaguá, R\$ 1 milhão e 382 mil; Pinhais, R\$ 2 milhões e 396 mil.

Bem, esses dados são oficiais da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná. O Município de Quatro Barras, que tenho a honra de representar, o nosso grande Prefeito Lorenzo, R\$ 2 milhões e 200 mil, representando uma importância bastante significativa da receita do ICMS.

Rolândia, R\$ 1 milhão e 930 mil; Santa Terezinha do Itaipu, R\$ 1 milhão e 994 mil; São Jorge do Patrocínio, R\$ 3 milhões e 146 mil; São José dos Pinhais, do nosso querido Chico Bühner, R\$ 3 milhões e 400 mil a fundo perdido, significa R\$ 350 mil caem na conta da Prefeitura, todos os meses. Isso vem acontecendo, há 17 anos. Isso que era mais, porque antes que houvesse o desvio do rio Pequeno para a construção da fábrica da Renault, o Município recebia o dobro do que está recebendo. Estaria recebendo, no caso, perto de 7 milhões. Está recebendo R\$ 3 milhões e 400 mil o Município de São José dos Pinhais, Serranópolis do Iguaçu, R\$ 2 milhões e 132 mil; Turvo, na Região Central do Paraná, R\$ 1 milhão e 051 mil.

Eu citei alguns Municípios, não citei os 240 Municípios. Então, o Paraná é um exemplo para o País em termos de preservação ambiental, porque destina 5% dos 25% que pertencem aos Municípios para quem preserva o meio ambiente. Quem preserva o meio ambiente recebe compensação financeira. O que nós devemos, agora, é discutir, mais uma vez, com os Deputados se devemos continuar contemplando as áreas de preservação federal, se devemos incentivar para que os Municípios criem seus fundos de participação municipal, para que eles possam contemplar as cabeceiras de rio.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Liderança do PRB/PSB/PV; Bloco PPS/PMN.

(Todas declinam)

Liderança do PR. Com a palavra o Sr. Deputado Chico Noroeste.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sra. Presidente Cida Borghetti, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, imprensa, público presente, cidadãos que nos assistem neste momento.

Copa do Mundo de 2014 para os brasileiros não é novidade. Para os paranaenses, Curitiba sediar os jogos da Copa do ano de 2014 também já não é mais novidade. E aqui quero parabenizar a todos os componentes do comitê, os 53 componentes, destacando o desprendimento do Vice-Governador Orlando Pessuti, Presidente do Comitê Estadual, pelo trabalho dedicado, pelo trabalho determinado que fez com que Curitiba, ao lado de outras Cidades importantes do Brasil, fosse também escolhida para sediar os jogos da Copa do ano de 2014, Cidades como Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza, Cuiabá e Manaus, Cidades importantíssimas a nível de Brasil. E a nossa Capital paranaense ser recolhida, certamente é uma grande conquista, é uma grande vitória para todos os paranaenses, e muito especialmente para os órgãos públicos governamentais, o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal de Curitiba, e porque não dizer outras Cidades, todas as Cidades.

Quero dizer da nossa satisfação, da nossa alegria de Foz do Iguaçu também fazer parte do comitê, onde trabalhou juntamente com todos os componentes para que se chegasse até aqui.

Portanto, uma grande conquista, uma grande vitória. E também tive a satisfação de ver o Vice-Governador Orlando Pessuti dizer que Foz do Iguaçu é uma das Cidades elencadas como um dos três destinos turísticos indicado pela FIFA, Cidades importantes. Foz do Iguaçu é uma Cidade que hoje tem essa condição, uma Cidade expoente no Estado do Paraná, conhecida por todos os brasileiros, por todos os paranaenses, conhecida a nível internacional.

Mas nós, de Foz do Iguaçu, queremos ir mais longe, queremos estar contribuindo com mais, queremos ver a Cidade de Foz do Iguaçu se constituir também, se possível for, em uma subseleção, para que possamos hospedar seleções do mundo inteiro e lá também realizar jogos e treinos. E Foz do Iguaçu tem condições para isso, com muita competência, com muita eficiência, hospedar e também realizar treinos, receber turistas do mundo inteiro. Todos sabemos que é o principal destino turístico do Estado do Paraná e o terceiro destino turístico do Brasil a receber estrangeiros do mundo inteiro.

Portanto, tenho certeza de que a Cidade de Foz do Iguaçu já está contribuindo, mas certamente, na época da Copa, vai poder oferecer toda aquela infraestrutura, porque já temos o terceiro parque hoteleiro do Brasil. E também junto com isso, tenho certeza que vamos viabilizar projetos importantes para que tenhamos melhores condições de receber os turistas, como a melhoria e revitalização do aeroporto internacional. Porque hoje, da maneira como está, acho que não está condizente para receber turistas do mundo inteiro, porque hoje, infelizmente, se está chovendo, o turista para decolar ou para pousar, enfrenta a chuva; se está fazendo sol, enfrenta o sol; se faz frio, enfrenta o frio; se tem poeira, enfrenta a poeira.

Portanto, tenho certeza de que com esta condição de destino turístico da Copa do ano de 2014 vamos poder viabilizar melhorias, tanto para o aeroporto de Foz do Iguaçu, quanto também para concluir, de uma vez por todas, a rodovia 469, denominada de Rodovia das Cataratas, que dá acesso ao Parque Nacional do Iguaçu, às nossas Cataratas do Iguaçu, esse destino que é um presente da natureza, proporcionado por Deus.

Portanto, as Cataratas, ao lado da Itaipu Binacional, e outros pontos turísticos da Tríplice Fronteira, vão estar à disposição das seleções que para lá irão e lá certamente irão sentir-se muito bem à vontade, podendo hospedar-se e também realizar treinos.

Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Liderança do PTB. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela nossa TV Assembleia.

Inicialmente quero dizer que acabo de receber aqui a questão de ordem que me foi encaminhada por S. Exa., Deputado Pugliesi, Presidente desta Casa, o nosso eminente Nelson Justus.

Esta questão de ordem, Deputada Beti, é aquela que levantei quando da apresentação das emendas que foram feitas por ocasião do aumento que votamos na semana passada, que deu aquele reboleto danado.

Eu, por questões de respeito, não vou ler aqui a decisão do Presidente, porque acho que cabe isso a ele, que cabe ao Presidente desta Casa, publicamente, mostrar ao povo do Paraná o que é verdade.

Aqui está a cópia, o Presidente já me colocou, já sei o resultado, já sabia o resultado, é muito importante que o Paraná saiba disso, porque em muitos lugares por aí, Deputado Guimarães, estamos sendo chamados de demagogos e que não gostamos dos senhores servidores do Estado.

Espero que a nossa digníssima imprensa do Paraná dê o mesmo espaço que deu, para depois apresentar esta questão de ordem que mostra o que pode e o que não pode o Parlamentar nesta Casa fazer. Acho muito importante.

E aqui vejo também do nosso querido Paulo, da TV SINAL, que me viu diante de um debate, semana passada, diante de duas pessoas. Aliás, era eu contra dois. Eu contra o Deputado Durval Amaral, um sábio do Direito, e o Deputado Douglas Fabrício, um especialista em achar que o PPS é o partido mais limpo do mundo. Enfrentei os dois, meu querido Paulo. Depois faço questão de passar uma cópia.

Lembra que eu disse durante o debate que chamava o meu advogado - o Silvio Santos tem aquele programa que chamava os universitários - o Deputado Durval Amaral, teve um momento que citou um grande filósofo muito famoso. Como eu não sou desses conhecimentos, fui buscar lá no interior de Itaipococa, de Ponta Grossa, um cidadão chamado Sr. Dominginhos, pobrezinho, e citei-o também. Durante o debate, quando me apertei porque estava diante de um grande homem do Direito, Deputado Durval Amaral, e o Deputado Douglas Fabrício, especialista em PPS, o partido mais limpo do Brasil e do mundo, teve um momento que eu chamei a ajuda dos universitários, como o Silvio Santos permitia. Pedi que a TV Assembleia usasse as palavras do Presidente Nelson Justus, para me defender, e agora a defesa está aqui.

Não vou me estender nesse assunto, porque acho que é muito importante o que está escrito aqui. Acho que a partir disso aqui muda o conceito de Plenário. A partir desse documento expedido pela Mesa, vamos saber quem são os demagogos. Quem são? Esse é um documento oficial da Assembleia, da procuradoria, do departamento jurídico, é um documento oficial, não é papo furado. Não é o Jocelito, não é o Deputado tal, é a Mesa apresentado esse documento, que vai mostrar o povo do Paraná quem é que enganou o servidor. Inclusive eles, que passaram e fizeram demagogia para o povo.

Esse documento vai me render uma grana. Estou precisando. Esse documento vai me dar um dinheirinho aí, uma ação que estou promovendo contra uns espertalhões da mídia, que adoram fazer mídia, falam, e tem gente formada em Direito. Eu sou apenas um radialista que tem apenas a 6ª série incompleta, sem vergonha. Mas haverei de ganhar um dinheirinho - estou precisando - devido à demagogia.

Teve um cidadão que chegou a dizer, num prefixo de rádio, que a nossa atitude era de colocar uma peixeira nas costas do servidor. Para quem não sabe, Deputado Nereu, V. Exa. que é filho de gaúcho, peixeira é uma grande faca. É esfaquear alguém pela costas.

Esse documento vai me render uma graninha. Certamente, vai ajudar algumas coisas aí.

Quero agradecer o nosso Presidente, não vou ler o conteúdo, o Deputado Nereu já leu. Os outros Deputados que quiserem ler, está à disposição. O Presidente disse que na segunda-feira vai ler para que tenha conhecimento a imprensa.

Espero que os grandes comentaristas do Paraná, os professores de Deus, que eu escuto na imprensa, aqueles que não têm erro nenhum, os limpinhos, quero que eles também falem desse documento depois. Acho que esse documento mostra que as coisas estão mudando aqui na Assembleia.

Com todo o prazer, Deputado Nereu Moura, tanto que V. Exa. deixe que o Presidente anuncie depois.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Na verdade o que o Presidente da Assembleia decidiu em relação à questão de ordem formulada por V. Exa. é aquilo que está escrito no Regimento Interno. Não há segredo. É apenas o cumprimento do Regimento Interno, de que uma emenda não pode vir ao Plenário se for rejeitada na CCJ. Assim como os projetos de lei que são rejeitados na CCJ são arquivados, assim também são as emendas. De forma que a decisão do Presidente em relação à questão de ordem formulada por V. Exa. e que nós também formulamos, é uma leitura *ipsis litteris* do Regimento Interno desta Casa. E junto com a resposta, o Presidente está encaminhando uma alteração do nosso Regimento, para dar mais clareza no procedimento das emendas que eventualmente recebam parecer contrário da CCJ, pela inconstitucionalidade.

De forma que parabeno V. Exa. por esta preocupação e definitivamente, daqui para frente não teremos mais este problema aqui nesta Casa. A partir de agora, pela decisão do Deputado Nelson Justus, o Regimento Interno da Assembleia será cumprido conforme ele está escrito.

Parabéns pela preocupação de V. Exa. em levantar um problema que estava há longo do tempo gerando dúvidas e questionamentos, muitos dos quais indevidos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Nereu Moura. Agradeço ao nosso Presidente, que fará a leitura na segunda-feira, e quando isso ocorrer, os senhores que estão em casa assistindo a televisão, poderão ver, ouvir, aquilo que levantei já no ano passado e que, a partir de agora, numa questão de ordem, acho que fica resolvido o assunto.

Fica registrado nos Anais desta Casa que, um dia, um Deputado que não tem curso superior, que não tem vergonha disso, fez uma questão de ordem jurídica e venceu os grandes juristas desta Casa. E vai ao mesmo tempo, mostrar quem é que enganou os servidores!

Obrigado, Sra. Presidente.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicações nºs 701 a 715/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constantes do expediente, propondo a Exma. Sra. Secretária de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de (01) uma unidade da Biblioteca Cidadã, nos respectivos Municípios: São João do Triunfo, Palmeira, Inácio Martins, Rebouças, Irati, Rio Azul, São Carlos do Ivaí, São Mateus do Sul, Teixeira Soares, Antonio Olinto, Paulo Frontin, Fernandes Pinheiro, Imbituva, Guamiranga e Cadói. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 716/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Diretor da Biblioteca Pública do estado do Paraná e à Fundação Poty Lazzarotto, que dispense atenção especial à solicitação de realização de uma exposição das obras do mestre Poty Lazzarotto no Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 717/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a inclusão do posto de atendimento no processo de informatização da emissão de carteiras de identidade no Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 718/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, a inclusão do Programa Paraná Alfabetizado, Projeto Caravana da Alfabetização, no Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 719/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a instalação de três poços artesianos no Município de Doutor Camargo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 720/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, atenção especial ao grave problema da falta de viaturas policiais no Município de Quarto Centenário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Questão de ordem, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Volto a fazer a questão de ordem no sentido de que se faça a chamada nominal dos Srs. Deputados, sem o que não há quórum para deliberar.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Procede a questão de ordem de V. Exa. Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Jonas Guimarães)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Vinte e oito Srs. Deputados presentes. Há quórum para prosseguimento da Sessão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Tenho uma dúvida de muito tempo nesta Casa, e quero aproveitar que estamos em reta de transparência de prestação de contas, está acabando o jeitinho, o que eu acho bacana, gostaria de consultar V. Exa., se for o preciso por escrito, quando um Deputado se apresenta, registra a sua presença e sai e depois há uma chamada nominal e ele volta e não está presente para votação, ele consta como presente ou como ausente no momento da votação, em função de que ele ficou um pouco e caiu fora, deu um bico e foi embora e depois não voltou. Como é que fica a situação, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

V. Exa. poderá fazer por escrito à Mesa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 042/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a Associação de Apicultores, Criadores de Abelhas Melíferas Europeias de Campinhos - API-CAMP, com sede e foro no Município de Ibatí. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 010/09, de 18/02/09, em Projetos de Lei).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 217/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação Casa do Artesão de Campo Mourão, com sede no Município de Campo Mourão.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 217/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa do Artesão de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02/06/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Solicito verificação de votação.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Informo a V. Exa. que já é feita através do painel.

Os Deputado que forem favoráveis, digitem sua senha e a expressão SIM. E os contrários, sua senha e a expressão NÃO.

Trinta Srs. Deputados votaram; 29 com a expressão SIM. **Está aprovado, por unanimidade.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 228/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação do Movimento Amor Exigente - AMAEX, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 048/09, de 13/05/09, em Projetos de Lei).

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que estabelece normas para a publicação de atos oficiais, por agentes e órgãos públicos no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e C.F. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação o substitutivo geral da CCJ. **Aprovada.**

Em votação o projeto, na forma do substitutivo. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze - ACAMDOZE, com sede no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APROVAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Em votação o projeto, na forma das emendas.

Aprovado.

2ª Discussão**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Renascer de Itaperuçu, com sede no Município de Itaperuçu e foro na Comarca de Rio Branco do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Amigos do Aduito Botelho - ABAAB, com sede e foro no Município de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Centro de Atendimento para Jovens e Adultos Especiais - CAJAE, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/08, de 22/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 164/08

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro de Atendimento para Jovens e Adultos Especiais - CAJAE, com sede e foro no Município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/09, fica o Poder Executivo autorizado através da Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, a conceder bolsa-auxílio aos estudantes de origem angolana, deficientes visuais, matriculados em instituições de ensino no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT e CF. **(Publ. no DA nº 012/09, de 03/03/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 058/09

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa requerer à Assembleia Legislativa autorização para conceder aos estudantes de origem angolana portadores de deficiência visual e matriculados regularmente em instituições de ensino no Estado, bolsa-auxílio.

Fundamentação

O Poder Executivo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas através do artigo 65 da Constituição deste Estado¹, envia a esta Casa de Leis proposição legislativa autorizatória à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social conceder bolsa-auxílio a estudantes de origem angolana, portadores de deficiência visual e que estejam, matriculados nas instituições de ensino no Estado do Paraná.

Como já exposto, a iniciativa legiferante ordinária cabe, no que não lhe for vedado na Constituição da República ou Constituição Estadual, também ao Governador do Estado, enquanto chefe de um dos poderes do Estado, através de mensagem ao legislativo estadual.

Nessa esteira, uma vez apurado competente a iniciar projeto de lei referente à atuação de Secretaria de Estado, consoante artigo 66 da Constituição Estadual², cabe aferição quanto à constitucionalidade material do presente projeto de lei³.

1.Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Materialmente, consta-se que o projeto de lei ora analisado em nada afronta os ditames Constitucionais, quer federais, quer estaduais. Em verdade, a instituição de políticas públicas a portadores de necessidade especiais faz-se necessário a fim de humanizar as relações sociais, bem como do mandamento constitucional da cooperação entre os povos¹.

Sobre a possibilidade de benefícios diferenciados aos portadores de necessidades, já se posicionou o Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS ABRATI, CONSTITUCIONALIDADE DA LEI N° 8899, DE 29 DE JUNHO DE 1994, QUE CONCEDE PASSE LIVRE ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA, DA ISONOMIA DE INDICAÇÃO DE FONTE DE CUSTEIO (ARTS. 1°, INC. IV, 5° INC. XXII, E 170 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA); IMPROCEDÊNCIA. 1. A Autora, associação de classe, teve sua legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade reconhecida a partir do julgamento do Agravo Regimental na Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 3153, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 9/9/2005. 2. Pertinência temática entre as finalidades da Autora e a matéria veiculada na lei questionada reconhecida. 3. Em 30/3/2007, o Brasil assinou, na sede das Organizações das Nações Unidas, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como seu Protocolo Facultativo, comprometendo-se implementar medidas para dar efetividade ao que foi ajustado. 4. A Lei n° 8899/94 é parte das políticas públi-

2. Constituição do Estado do Paraná:

Artigo 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado o órgão da Administração Pública.

3. Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2° À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; manifestar-se sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado e sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

cas para inserir os portadores de necessidades especiais na sociedade e objetiva a igualdade de oportunidades e a humanização das relações sociais, em cumprimento aos fundamentos da República de cidadania e dignidade da pessoa humana, o que se concretiza pela definição de meios para que eles sejam alcançados. 5. Ação Direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. (ADI 2649, Relator(a): Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 08/05/08, DJe-197 DIVULG 16/10/08 PUBLIC 17/10/08 EMENT VOL-02337-01 PP-00029).

Assim considerando, afere-se como perfeitamente constitucional o presente projeto, e apto a gerar efeitos na ordem jurídica vigente.

Consta ainda no processo analisado a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a demonstração, dos recursos necessários ao seu custeio, atendendo ao disposto no artigo 16, I, II e artigo 17 parágrafo 1° da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar n° 101.

No tocante à técnica legislativa utilizada, encontra-se em perfeita sintonia com o disposto na Lei Complementar n° 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade do Projeto n° 058/09, esta Comissão opina pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 31/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 058/09

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, que tem como escopo conceder bolsa-auxílio com valor limite dos cargos comissionados de simbologia 7-C aos estudantes de origem angolana acometidos por deficiência visual matriculados em instituições de ensino no Estado do Paraná, recebeu parecer favorável no tocante à constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça na sessão de 31/03/09.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice algum à prosperidade do mesmo em face da lei supra citada, visto que cumpre todos os requisitos exigidos, bem como traz em seu bojo o relatório de impacto financeiro-orçamentário (Of. n° 088/09/GS - SETP).

1. Constituição de República Federativa do Brasil.

Art. 4° A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

Pelo exposto, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29/04/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 058/09

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei do Poder Executivo prevê a criação da bolsa-auxílio para estudantes angolanos portadores de deficiência visual matriculados em instituições de ensino paranaense. Os jovens angolanos estão na opção ou voltar para seu país e não completarem seus estudos, a proposta é preservar o direito destes jovens e que possam terminar seus ensinamentos.

II - Parecer do Relator

A bolsa-auxílio permitirá portanto que estes estudantes concluam seus estudos e esse é eixo dos direitos humanos, educação é um direito de todos, e agregamos a cooperação entre os povos, opino pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04/05/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
BETI PAVIN - Relatora

Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Este projeto já passou na CCJ, na Comissão de Finanças, onde pedimos vistas, a pedido de alguns Parlamentares liberamos o projeto e veio a Plenário. O que objetiva o projeto? Conceder uma bolsa para os alunos angolanos, com deficiência, que estão estudando no Estado do Paraná. É lógico que vamos votar favorável ao projeto, tanto na constitucionalidade como no mérito. Mas, isto aqui vai ensinar que vamos fazer um pedido de informação ao Governo do Estado, para sabermos qual é a ajuda que o Governo está dando para os deficientes no Estado do Paraná, porque uma vez que o Governo do Estado pretende auxiliar os alunos angolanos - o que concordamos - nós também queremos saber qual é o auxílio ou qual é a ajuda que o Governo do Estado está dando para os nossos deficientes do Estado do Paraná?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Na página nº 14 da Ordem do Dia de hoje, há uma estimativa de impacto orçamentário e financeiro referente a essa proposta. Os valores são os seguintes. São 11 alunos atendidos, de acordo com a informação do Instituto Paranaense de Cegos, sendo o valor unitário de R\$ 1.048,72 para cada um desses alunos por mês, o que

totaliza um custo mensal de R\$ 11.535,92, e um custo anual de R\$ 138.431,04, de acordo com a declaração do Diretor Geral da Secretaria de Emprego, Trabalho e Promoção Social, o Fernando Peppes, de acordo com o que prevê a Lei Complementar nº 101.

Para quem não tem conhecimento, são alunos estudantes de origem angolana, que vieram estudar no Paraná por conta de um convênio, e justamente marcado pela boa convivência dos povos, que o Paraná sempre manteve, vieram ao Paraná, mas perderam a bolsa. Com base no princípio da prevalência da dignidade da pessoa humana e da cooperação entre os povos e pelo progresso da humanidade, o Governo do Estado cria essa bolsa-auxílio aos estudantes, por conta, é claro, para que eles possam terminar os estudos aqui no Paraná, para poderem retornar ao seu País de origem, eles que são vítimas da guerra civil angolana. Então, logo que terminem os seus estudos, retornarão ao seu País para que possam, já qualificados profissionalmente, ter uma oportunidade na vida, como qualquer jovem. Eles têm uma característica muito interessante, porque são jovens, estudantes e artistas, e efetivamente merecem uma oportunidade. Por isso que o Governo do Estado, o Governador Requião, sensibilizado com esse caso, apresenta o projeto.

Agradeço ao Deputado Elio Rusch! É claro que só estou prestando esses esclarecimentos porque V. Exa, indagou e efetivamente esses são os valores, e penso que todos nós temos que ter, de fato, um respeito muito grande pelo tema. Eram esses os esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para encaminhar, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Apenas complementando, o Deputado Romanelli já colocou, mas acho importante entendermos, e assim como o Deputado Elio Rusch, que também na CCJ já se manifestou favorável, mas a verdade é que esses alunos fazem parte de um coral feito de meninos cegos da Angola. Eles, por uma decisão do Governo angolano, teriam que retornar ao seu País, e havia um questionamento inclusive sobre as condições que eles estavam no Brasil, se essas condições eram suficientes para que eles permanecessem, se eles estavam estudando, se eles tinham condições econômicas de permanecer em nosso País, e no início deste ano foi solicitado que eles retornassem à Angola. É bom lembrar que entre essas crianças, algumas chegaram aqui com pouco mais de cinco anos, outros com 14 ou 15 anos. Essas crianças não perderam a visão apenas por conta da guerra civil, ou por alguma questão ligada diretamente à guerra, mas perderam a visão por falta de condições, inclusive sociais e de saneamento na Angola. Esse foi o principal motivo da sua cegueira. Além da miséria, da fome, haviam condições muito objetivas que conduziram essas crianças a determinadas doenças que fizeram com que perdessem a visão.

Por isso houve, do Governo brasileiro, um empenho para que as crianças permanecessem no Brasil, e do Governo aqui do Estado do Paraná, através do Governador Requião, um entendimento que essas crianças não só devem permanecer no Brasil até concluírem os seus estudos, como devem ter condições, e essas condições objetivas estão sendo coladas aqui.

Acho que foi colocado pelo Deputado Elio Rusch, é lógico que nós também queremos saber as condições das crianças aqui no Brasil, mas Deputado Elio Rusch, as crianças no Brasil têm a Lei Orgânica de Assistência Social, inclusive, que permite que muitas delas recebam até um salário-mínimo. É óbvio que isso não é o suficiente. Eu só não quero, Deputado Elio Rusch, e sei que não é a sua intenção, porque eu o conheço, mas não quero é que façamos aqui uma comparação entre crianças angolanas, que estiveram durante a guerra civil numa situação de extrema penúria, num dos Países mais explorados e devastados de toda a nossa história, e crianças brasileiras, que também estão em situação, muitas vezes precárias, mas que sabemos que com a solidariedade do povo brasileiro podem ter a sua situação revertida; diferentemente dessa criança, que se não tivermos uma bolsa, se não tivermos condições, talvez tivessem que votar à Angola.

Então, acho que tanto o senhor, como os demais Deputados, vão votar favoravelmente, mas acho que é pertinente levantarmos o porquê dessa bolsa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação. Deputado favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

Quero registrar, com muito carinho, a presença aqui do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Elio Capeleço, de Dois Vizinhos, do Vereador Antonio Castanha e do nosso ex-Prefeito, Dr. Jaime Gusó, que assistem a nossa Sessão. Também, em nome do Deputado Francisco Bühner, queremos registrar a presença do Prefeito Chico Santos, da Fazenda Rio Grande.

Obrigado pela presença.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Pe. Miguel - CECOPAM, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/09, de 04/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 203/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Pe. Miguel - CECOPAM, com sede e foro em Curitiba, neste Estado.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para registrar também, tivemos hoje a presença de diversos Vereadores do Paraná inteiro, mas quem está desde as primeiras horas acompanhando a Sessão é o Vereador Valdir Feltrin, de Cafelândia.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em nome do Vereador Valdir Feltrin, também gostaríamos de agradecer a presença dos demais Vereadores que não se encontram aqui assistindo a Sessão.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 2647, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2641, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2615 a 2640, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2650, 2666 e 2667, de autoria da Deputada Beti Pavin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2668 e 2669, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2675, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2676, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2679, de autoria do Deputado Péricles de Mello, com apoio dos Deputados Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi e Elton Welter, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2682, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Em nome do Presidente Nelson Justus, queremos anunciar que amanhã teremos Sessão Solene em homenagem aos ex-Presidentes da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, por proposição do Deputado Alexandre Curi. Será realizada, às 10h, neste plenário. Portanto, todos os Deputados estão convidados.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 505/08; 239 e 242/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 164 e 496/08; 058 e 203/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 053, 065 e 236/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1081/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO - o infausto passamento, ocorrido na data de hoje, do Sr. Deputado Jorge Miguel Nassar, que exerceu seu mandato na 4ª Legislatura, 1950/63, 5ª Legislatura, 1963/67 e 6ª Legislatura, 1967/71, acontecimento que enlutou toda a família paranaense.

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público do Sr. Jorge Miguel Nassar, com um trabalho sempre voltado para as mais justas aspirações do povo da nossa terra,

R E S O L V E :

decretar luto oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Miguel Nassar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13/05/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
VALDIR ROSSONI - 2º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 111/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4631, datado de 13/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição funcional da servidora LETÍCIA CARNIEL PERDIGÃO MAIA, matrícula nº 2473, ao Governo do Estado do Paraná, para permanecer prestando serviços de Assessoramento Jurídico junto à COMEL - Coordenadoria da Região Metropolitana de Londrina, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 12/05/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 112/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4630, datado de 13/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição funcional da servidora GISELI ANGELA CORDEIRO CAVALHEIRO, matrícula nº 8225, ao Governo do Estado do Paraná, para permanecer prestando serviços de Assessoramento Administrativo junto à COMEL - Coordenadoria da Região Metropolitana de Londrina, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 12/05/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 119/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5876, datado de 05/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição funcional do servidor WANDERLEI PESSUTTI, matrícula nº 5967, à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, para permanecer prestando serviços de Assessoramento junto à 22ª Regional de Saúde - Ivaiporã, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 01/06/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 120/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5043, datado de 17/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, a disposição da Prefeitura Municipal de Antonina/PR, o funcionário deste Poder Legislativo, ADEMIR ANTONIO DOS SANTOS, matrícula nº 40425, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/06/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões**Agricultura**

COMISSÃO DE AGRICULTURA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, sob a presidência da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, com a presença dos Srs. Deputados: Ademir Bier, Augustinho Zucchi, Duílio Genari, Elton Welter e Luiz Fernandes Litro; e com a presença dos representantes da Associação Paranaense de Suinocultura: João Batista Manfio, José Luiz, Severino Bezerra, Jacir Darive, Reni Gerardi, Atílio Venturin e Sérgio Miguel. A presente Audiência Pública teve por objetivo debater acerca da “Crise na Suinocultura Paranaense”. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente Audiência, a qual transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

Flávia Baltazar - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, sob a presidência da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Luiz Fernandes Litro, Plauto Miró e Reni Pereira. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 543/08, de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 019/09, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Flávia Baltazar, secretária desta comissão.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

Flávia Baltazar - Secretária

Indústria, Comércio e Turismo

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, sob a presidência do Sr. Deputado Fernando Scanavaca e com a presença dos Srs. Deputados: Jonas Guimarães, Luiz Fernandes Litro, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Reni Pereira e Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 449/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 334/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 488/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pedro Ivo - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 016/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Teruo Kato - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 069/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Teruo Kato - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 098/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 109/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Flávia Baltazar, secretária desta comissão.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente

Flávia Baltazar - Secretária

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 100/09, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente